

114ª SESSÃO ORDINÁRIA – 21NOV2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver.^a Jussara Cony, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para o dia 18 de novembro de 2013.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, inicialmente, eu pediria que fosse renovada a leitura do primeiro processo apregoadado, agora de tarde, a respeito do bairro Humaitá. O que é? Denominação de rua, o que é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Por favor, peço à assessoria que nos esclareça aqui sobre os processos.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Francisco de Paula da Motta França, Conselheiro do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, falecido no dia hoje, cujas pompas fúnebres estão sendo realizadas no Estádio Olímpico Monumental.

Da mesma sorte, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. registrasse que nós nos ausentaremos do plenário na tarde de hoje para acompanhar os atos fúnebres que serão desenvolvidos. Peço que V. Exa. anote e registre que nós estávamos presentes na abertura dos trabalhos e que não poderemos acompanhar o restante, em face do que nós entendemos seja uma justificativa prévia da nossa ausência no plenário durante a tarde. aguardo a resposta de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A sua presença já está colocada ali, Ver. Reginaldo Pujol. E, com relação ao primeiro projeto, ele diz o seguinte (Lê.): "Denomina complexo viário ex-vice-presidente da republica José Alencar Gomes da Silva o conjunto de equipamentos públicos integrado pelas elevadas de conexão com a Avenida Castelo Branco, nos dois sentidos, a partir da Rodovia do Parque – BR-448, inclusive a ponte

sobre o rio Gravataí e conexão com as Ruas João Moreira Maciel e Padre Leopoldo Bretano, nos dois sentidos, no bairro Humaitá.”

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, se trata de uma obra federal, há possibilidade de que nós denominemos obras federais aqui?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não nos cabe fazer juízo de valor. Isso V. Exa. vai fazer na Comissão de Constituição e Justiça. Aqui, nós só estamos apregoando.

O SR. REGINALDO PUJOL: Mil desculpas, Presidente. Pode ser que não seja neste momento, mas, antes da Comissão de Constituição e Justiça, cabe à Presidência da Casa e à Mesa Diretora, se for o caso, não iniciar a tramitação do projeto de lei manifestamente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Depois de apregoado, ele vai à Procuradoria; e, depois, à CCJ.

O SR. REGINALDO PUJOL: Mantenho o Requerimento de um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Ofício nº 2435/13. (Lê.): ”Sr. Presidente: Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveitamos a oportunidade para solicitar espaço, em sessão plenária desse Legislativo para, em comparecimento, apresentar a essa casa o detalhamento do PLC nº 10/13 referente ao Plano Diretor Cicloviário Integrado. Aguardamos a confirmação de data e horário, preferencialmente, ainda para o ano de 2013. Atenciosamente, Diretor-Presidente da EPTC, Vanderlei Luis Cappellari.”

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, só para esclarecimento, esse pedido do Diretor da EPTC atende a um requerimento nosso, ontem, a esta Casa, e atende a um

pedido no dia da audiência pública, em razão da ausência do Executivo. Só para registrar aqui, está atendido o pedido encaminhado ontem, atendendo o requerimento na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Exatamente, processado por Vossa Excelência.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará da apresentação do Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu, representado pelo seu Presidente, Jaires da Silva Maciel.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, até por oportuno, no momento em que o Sr. Jaires Maciel nos dá o prazer da presença, como Presidente do Comtu, acho que cabem as nossas congratulações públicas pelo fato de que a justiça russa iniciou um processo de reconhecimento da inocência de sua filha injustamente presa naquele País, em face essa operação do Greenpeace. Ao velho Maciel os meus cumprimentos, que espero que seja o cumprimento de toda a Casa, por esse fato tão auspicioso. Obrigado.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Inclusive esta Casa apresentou uma Moção de Solidariedade à Ana Paula Maciel e a todos os ativistas do Greenpeace que foram presos na Rússia e libertados, ontem, três, sob fiança. Porque protesto não é crime; protesto é um direito da população, ainda mais em defesa do meio ambiente.

Sr. Presidente, sobre o Ofício vindo da EPTC, só adendando o requerimento feito pelo Ver. Bernardino Vendruscolo: o requerimento da audiência foi uma nova audiência, e acho que já podemos encaminhar a data para que o Governo apresente o projeto e a cidadania possa se expressar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito. A senhora pode fazer isso por requerimento.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Sr. Jaires da Silva Maciel, representando o Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar da apresentação do Conselho.

O SR. JAIRES DA SILVA MACIEL: Neste momento, queremos saudar o Sr. Presidente da Câmara, todos os demais Vereadores da Mesa, os demais Vereadores aqui do plenário, o público aqui presente, e uma saudação especial aos meus colegas Conselheiros do Comtu, que estão na plateia. A razão da nossa visita e do nosso pedido para integrar esta Tribuna Popular é para prestar alguns esclarecimentos a alguns Vereadores que são novos aqui na Casa, que, talvez, não tenham o conhecimento mais aprofundado da relação do Comtu com a sociedade porto-alegrense, da existência do Comtu, e qual, realmente, é a finalidade desse Conselho. Lamentavelmente, embora seja um Conselho que se reúna ordinariamente todas as terças-feiras, durante 40 reuniões por ano, o Conselho só adquire a notoriedade no dia da aprovação da discussão do reajuste da tarifa de ônibus na Cidade, sendo que a tarifa de ônibus é apenas um dos itens que o Conselho discute na questão da mobilidade urbana. Aliás, essa atribuição é decorrente da Lei nº 8.133 de 1998, aprovada nesta Casa, pelos Vereadores desta Casa, pelos Vereadores desta Casa, que criou a EPTC, criou o sistema de transporte público da Cidade, no qual o Conselho é um dos integrantes desse sistema organizado da mobilidade urbana da Cidade.

Quero já, de antemão, dizer a todos os Vereadores – alguns já sabem, outros parecem que ainda não sabem – que o Comtu não aumenta a tarifa de ônibus em Porto Alegre, o Comtu não homologa reajuste de tarifa de ônibus em Porto Alegre. Isso é uma lenda urbana, quem criou isso não sabia o que estava dizendo. Até, por prerrogativa legal, a Lei Complementar nº 318, que criou o Conselho, e foi uma lei aprovada nesta Casa, que definiu os integrantes do Conselho, não autorizou que o Conselho homologasse eventual aumento tarifa de ônibus. A responsabilidade única e exclusiva é do Sr. Prefeito Municipal, seja ele de que Partido for. Nós já tivemos aprovação de tarifa de ônibus por Prefeitos do PT, por Prefeitos do PMDB e por Prefeitos do PDT. Então, não há nenhum componente político-partidário na atuação do Conselho.

Outra coisa que eu também gostaria de colocar aos Srs. Vereadores e assistentes desta Casa. Eu li aqui, na Ata de uma Sessão que houve na Casa, que o Conselho não é democrático, que o Conselho não é transparente, que o Conselho não é isto, que o Conselho se reúne na calada da noite e coisas desse gênero. Eu quero dizer a todos que as reuniões do Conselho são sempre às 16h, e até onde eu sei 16h é durante o dia. Então não temos reunião do Conselho na calada da noite. Quero dizer aos senhores que o Conselho se reúne ordinariamente em 40 reuniões do ano, e, numa delas, que é a da tarifa, a reunião é a mais transparente possível, porque seria impossível não ser transparente com todas as emissoras de rádio e televisão no recinto. Parece-me um absurdo dizer que não há transparência nas decisões do Conselho.

Sobre a questão da tarifa de ônibus em Porto Alegre, quero dizer que é o modelo escolhido pela cidade de Porto Alegre, através dos seus representantes, que determina que o custo da tarifa de ônibus em Porto Alegre é repassado aos usuários do ônibus. É feito um cálculo do que custa operar os ônibus na Cidade, para atender a demanda da Cidade, e esse custo é repasso integralmente aos passageiros, aos passageiros pagantes. A respeito disso, nós podemos lembrar a esta Casa que um dos itens que encarece a tarifa em Porto Alegre é a questão das isenções, que foram concedidas por esta Casa, algumas isenções concedidas por sistema de ônibus em Porto Alegre que hoje é paga pelo passageiro pagante, aquele que passa na roleta e paga a sua tarifa, foram aprovadas aqui nesta Casa. E não cabe ao Conselho discutir isso, porque esta Casa representa a população da Cidade e, se esta Casa entendeu em conceder essa ou aquela isenção, não cabe ao Conselho fazer essa crítica. Agora, criticar o preço da tarifa em Porto Alegre sem que se apresente uma solução que seja razoável, plausível para manter o sistema funcionando, apenas por criticar, parece uma demagogia barata. Eu acredito que há fórmulas, soluções, há caminhos para se baratear a tarifa em Porto Alegre, mas não é a crítica gratuita, sem fundamento que vai fazer com que a tarifa baixe, porque o ônibus, para andar, precisa de motorista, de cobrador, de óleo *diesel*, de pneus, de carroceria. Sem isso não há sistema de transporte, e isso tem um custo. Negar isso, parece um absurdo.

Com relação a algumas assertivas que foram feitas nesta Casa, eu quero dizer e deixar claro em ata que nenhum conselheiro do Comtu ganha R\$ 1.800,00 por reunião. O jetom do Conselho para cada reunião é em torno de R\$ 45,00; quem comparece às quatro

reuniões do mês, recebe um holerite da Prefeitura com a fabulosa quantia de R\$ 178,45, por mês. Então é falta de informação ou, talvez, até má-fé de alguns em querer projetar o rendimento anual que sai lá na declaração do Imposto de Renda, por conta de jetom, para dizer que os conselheiros recebem uma verba elevada para isso. Isso não é verdade! A representação do Conselho, que alguns dizem não ser democrática, passa necessariamente pelo crivo do que possa ser interpretado como democracia, porque nós temos, na representação do Conselho, a representação popular da Fetapergs, que é Federação dos Aposentados; nós temos a representação do Orçamento Participativo, tido, havido e propagado como o maior instrumento de representação popular da Cidade, pois esse segmento da sociedade está lá representado por um conselheiro; nós temos a UMESPA, que representa todos os estudantes secundaristas; nós temos a UAMPA, que representa todos os moradores dos bairros da Cidade. Nós temos a CUT, que representa o segmento dos trabalhadores. E nós temos, inclusive, os próprios rodoviários, os trabalhadores do segmento rodoviário, que também têm um assento naquele Conselho. Nós temos órgãos técnicos do Estado, como a Brigada Militar, o Detran, a Metroplan, o CREA, que, via de regra, são representados por funcionários concursados e funcionários de carreira dessas entidades. Nós temos, representando a Prefeitura Municipal, a EPTC, a Procuradoria-Geral do Município, pelos seus advogados concursados; nós temos a PGM, a SMAM, a SMOV, a Secretaria de Planejamento, todas representadas por funcionários públicos municipais. E nós temos, no segmento dos transportadores, dos operadores de serviço, quatro cadeiras que são ocupadas por cada um dos segmentos: o transporte escolar, o sistema de táxi, o sistema de lotação e o sistema de ônibus, cada um com um assento. Em 21 representantes da sociedade civil organizada, apenas quatro são dos operadores e apenas um é do sistema de ônibus.

Então, parece uma leviandade, senhores – e aqui eu faço esse desagravo, em nome dos meus colegas conselheiros –, que alguém diga ou insinue que o Conselho, ou seus conselheiros, possa estar no bolso dos empresários. Eu desafio aquele Vereador que tenha feito essa assertiva a provar isso. A gente até sabe que no Brasil e em muitas Casas Legislativas ocorre esse tipo de fenômeno, mas no Conselho, com certeza, não acontece. Se acontecer, eu desafio que alguém prove isso, porque é muito fácil fazer discurso para a plateia, é muito fácil fazer demagogia barata em cima da questão da tarifa

do ônibus, que é uma questão nacional, é um problema nacional, é um problema do País inteiro, e alguns pequenos grupos querem se promover em cima disso.

Eu não estou aqui dizendo que a tarifa de ônibus de Porto Alegre é a melhor tarifa do País, não estou dizendo isso. Eu estou dizendo aqui que o sistema escolhido para a tarifa de ônibus em Porto Alegre foi este: o passageiro pagante paga, o usuário paga a conta – não tem subsídio, não tem nenhum auxílio governamental. A questão da tarifa que baixou de preço, todos os senhores acompanharam o fenômeno da ida às ruas, dos protestos, do Movimento do Passe Livre. O que foi que baixou na tarifa de ônibus em Porto Alegre, senhores? Baixou única e exclusivamente o que era atribuído a impostos! A única coisa que baixou, na tarifa de ônibus em Porto Alegre, foram os impostos, porque isso é atribuição do Poder Público. Na medida em que o Poder Público resolveu reduzir esse valor...

Eu já vou concluir, e peço desculpa por ter me alongado no tempo aqui. Nós refutamos – eu, na condição de Presidente do Comtu e na presença de todos os Conselheiros que compõem aquela casa – as acusações levianas, baratas e infundadas de que aquele Conselho se reúne na calada da noite, a respeito de estar no bolso dos empresários. Eu desafio quem teve a coragem de dizer uma bobagem dessas a provar isso. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Convidamos o Sr. Jaires da Silva Maciel a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e a todas. Eu queria começar dizendo que, para Presidente do Conselho Municipal de Transportes Urbanos, o senhor está bem mal informado, porque Porto Alegre foi a única Capital que baixou a passagem, baixando o lucro ilegal dos empresários, a partir de uma mobilização enorme da juventude, com uma ação jurídica e política da Bancada do PSOL. Por via judicial, e não pelo Conselho, que deveria representar o controle social de Porto Alegre, mas pelas mãos do Judiciário, reduziu-se a passagem na nossa Cidade a partir da pressão de milhares de

jovens que estiveram nas ruas, do apoio dos rodoviários, do apoio da população. E, por isso, no dia 4 de abril, Sr. Jaires, a passagem foi reduzida em R\$ 0,20, reduzindo o lucro ilegal dos empresários. Depois, no final de abril, veio a redução dos impostos em nível federal. E pasmem: apesar de os impostos em nível federal terem sido reduzidos, não foi reduzida mais uma vez a passagem em Porto Alegre, como deveria ter sido, porque, infelizmente, anualmente, nós vemos um verdadeiro assalto ao povo da nossa Cidade, um assalto de um modelo de transporte que nunca foi licitado! Que funciona de maneira ilegal, irregular, descumprindo a legislação federal, com péssima qualidade para os usuários do transporte e desrespeito aos trabalhadores, porque os motoristas e cobradores perderam salário ao longo dos dez anos!

A pergunta é: se a passagem aumenta, se os motoristas proporcionalmente perderam salários e o sistema de transporte é ilegal, quem ganhou ilegalmente milhões de reais?! Eu respondo: os empresários de transporte coletivo! E não sou só eu que estou dizendo, é o Tribunal de Contas, que fez uma auditoria e que mostrou que tem empresa ganhando 19% de taxa de lucro em vez dos 6% que prevê a legislação! Empresa ganhando 13% de margem de lucro, com superfaturamento dos pneus, do óleo diesel, o dinheiro da publicidade que não vai para o plano de saúde dos rodoviários! E o senhor alguma vez, como Presidente do Comtu, se manifestou a respeito disso? Não. Infelizmente, não. Infelizmente, nós não vimos, nenhuma vez, o Comtu não aprovar. Na sua fala, o senhor cometeu um ato falho, disse que o aumento da passagem vai para aprovação no Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu. E sabe de uma coisa? Lamentavelmente é verdade, porque, em menos de 48 horas, muitas vezes em 24 horas, a maioria dos conselheiros do Comtu aprova essas planilhas fajutas e repassa o aumento de passagem ao povo de Porto Alegre pagar! Quantas vezes se questionou a Prefeitura, que não tem licitação no transporte! Porque nós estamos fazendo judicialmente. E politicamente.

E dizer que as reuniões que aprovam o aumento das passagens são abertas? O senhor pode, de fato, enganar muitos que não estiveram em protestos na frente do Conselho Municipal de Transporte Urbano, dos quais eu participo desde 2001. E em todas as vezes que o movimento estudantil esteve lá na frente – e eu estava junto –, todas as vezes nós fomos proibidos de entrar!

Então demagogia barata é faltar com a verdade aqui na tribuna da Câmara Municipal, é mentir sobre a realidade dos fatos! E quem paga é povo da nossa Cidade! É ignorar que mais de dez mil jovens estiveram nas ruas para questionar, sim, por que a Prefeitura sanciona, em 5 minutos, o aumento da passagem! É verdade, mas para questionar a representatividade de conselhos como o Comtu, que majoritariamente, repito – porque tem as vozes que votam contra, mas que, majoritariamente, votam a favor sem jamais olhar a planilha do trabalhador. Ignoram que o povo saiu às ruas porque está cansado dessa farsa de democracia, que, na prática, representa a democracia dos ricos e poderosos. Chega de demagogia! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a minha colega Ver.^a Fernanda, que muito defende o direito de as pessoas terem um transporte digno, um transporte voltado para o ser humano, errou, aqui, quando afirma que as reuniões do Comtu ocorrem, e, depois de um ou dois dias a passagem é reajustada, porque isso não é assim, Fernanda. Isso ocorre no dia. Não é dois, três dias depois. É no dia! No dia em que o Comtu se reúne, porque o último dia de reajuste de passagem de ônibus foi na quinta-feira.

Que público é esse? Vários jornalistas vieram ali no meu ouvido dizer que é público, e eles ficam lá na rua esperando o resultado, depois da reunião lá dentro. É público? Público é isso aqui. Isso aqui é público.

E o Comtu foi feito por lei. O que os Vereadores desta Casa, eleitos pelo povo, estão propondo é mudar o Comtu por lei. Mudar por lei, porque, hoje, essa instituição, ela serve somente para manter, institucionalmente, a exploração do povo e o benefício das empresas de transporte de ônibus. A prova disso é que os Pares, os Vereadores desta Casa aprovaram um projeto de lei de nossa autoria que determina que as empresas de ônibus – o Comtu não viu isso até hoje – tenham que botar banheiro nos finais de linha

de ônibus, porque os motoristas e cobradores não têm banheiros quando vêm com seus ônibus de qualquer parte da Cidade.

Leviandade é as pessoas tratarem o que é público como se fosse privado. Nós estamos propondo que esse Conselho não seja mais “capitania hereditária”. Nós estamos propondo que esse Conselho, de dois em dois anos, renove a sua presidência; nós estamos propondo que seja ampliado esse Conselho. Por que não pode ser ampliado? Por que não podem haver outros setores da sociedade participando desse Conselho? Por que as reuniões desse Conselho não podem vir aqui para a Câmara de Vereadores? Por que as reuniões desse Conselho têm de ser – volto a afirmar – fechadas? Porque aberto é feito assim: isto aqui é uma sessão aberta. Cada um vem aqui e fala o que quer. Inclusive dizendo que, em casas legislativas, há esquemas; há casas legislativas em que colegas nossos, Vereadores, que “estão no bolso”! Isso está nas notas taquigráficas. Isso é ser democrático. Isso é permitir que as pessoas venham aqui e falem. Nós já ouvimos cada coisa aqui dentro. E ouvimos.

Agora, um conselho tem que legislar para o povo. Um conselho tem que legislar para o bem maior, que é a população de Porto Alegre. E isso não está acontecendo. Porque o Conselho é tão certo, ele faz tão direitinho o negócio, que a Justiça mandou baixar a passagem, de tão certo que é feito! São muito certinhas as decisões do Conselho! E esta Casa tem mais de cinco ou seis projetos legislando sobre o transporte, sobre melhoria de transporte. Porque o único que faz a proposta de legislar sobre o Conselho é o projeto que eu apresentei, como representante da maior categoria privada de trabalhadores desta Cidade; das maiores categorias privadas de trabalhadores desta Cidade, que são os maiores interessados e não estão nesse Conselho. O Sindicato dos Rodoviários está no Conselho? Nós temos aqui membros do Sindicato dos Rodoviários; se formos questionar, cada um é de uma facção. Força Sindical, CUT, Conlutas, CTB, cada um é de uma facção. A CUT – sindicato de trabalhadores privados, que pegam ônibus todos os dias nesta Cidade – tem uma ou duas representações. A UMESPA representa somente estudantes, mas estudante tem meia passagem! E estudante universitário não anda de ônibus! As entidades de terceiro grau não podem estar lá dentro. Aposentado não paga passagem. Nós temos que colocar no Conselho quem se interessa, quem usa, quem é usuário, quem pega ônibus de manhã e fica duas, três horas dentro de um ônibus para chegar no seu local de trabalho! Nós temos que colocar no Conselho, que é de usuários

de transporte coletivo de Porto Alegre, as pessoas que realmente usam o transporte coletivo, que, realmente, precisam do transporte coletivo. E volto a afirmar que dizer que esse Conselho é transparente é continuar enganando a população de Porto Alegre.

A reunião do Conselho é terça-feira. O Conselho se reuniu de manhã na quinta-feira, e, à tarde, a Prefeitura sancionou a passagem. Por que precisa do Conselho? Por que precisa da Prefeitura, se quem decide a passagem é o Prefeito? Eu estou propondo que a discussão da passagem volte para cá, para os 36 Vereadores discutirem. Vão atirar moeda nos Vereadores, vão atirar vale-transporte, cartão Tri, agora, mas nós fomos eleitos pelo voto do povo. Nós temos 36 representações aqui de diversos setores e segmentos da sociedade. E, com certeza, toda vez que esta Casa se reúne, que esta Casa se mobiliza, é para procurar o bem melhor do povo, e com transparência. E transparência está aqui, a rádio da Câmara transmitindo, a Taquigrafia registrando, TVCâmara registrando, vários órgãos de imprensa aqui dentro – isso é transparência. É isso que nós queremos quando discutimos o interesse do povo de Porto Alegre, quando discutimos um bem da população de Porto Alegre e, principalmente, dos trabalhadores de Porto Alegre.

O Comtu foi criado por lei, e nós estamos propondo que essa lei seja revista nesta Casa. Nós já revimos várias leis desde que estou aqui. Várias leis já foram revistas. Várias leis já foram adaptadas, melhoradas. Talvez pioradas, mas foram revistas por esta Casa. Então, essa caixa de pandora que é o transporte coletivo de Porto Alegre, há décadas sem licitação, há décadas como uma capitania hereditária na mão de famílias e mais famílias, é que não permite que as pessoas tenham o acesso ao transporte, para o que nossa Prefeitura de Porto Alegre assinou a busca do trabalho decente. Ver. Márcio Bins Ely, eu estou usando o meu tempo de Liderança e mais os dois minutos em que eu teria direito de falar. Então, que isso possa ser, de fato, destinado ao bem da população de Porto Alegre e ser decidido por todas as pessoas da população de Porto Alegre, por todas as pessoas interessadas em usar o transporte coletivo de Porto Alegre, e não por meia dúzia de pessoas que estão lá dentro do conselho, volto a dizer, viciado, um conselho cansado, que se reúne às portas fechadas. Portas abertas é o exemplo que nós estamos tendo aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Com força e fé, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores, apesar de algumas pessoas acharem que não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Bernardino, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar todos os senhores e os Vereadores e Vereadoras. Presidente Jaires, em nome da Bancada do PDT, do meu Partido, integrada pelos Vereadores Dr. Thiago, Nereu D'Avila, Luiza Neves, Delegado Cleiton, Mario Fraga e este Vereador, primeiramente, queremos nos solidarizar contigo. Acompanhamos a luta da tua filha lá na Rússia, e que bom que ela está solta. Algumas vezes, estive nesta tribuna mencionando esse fato que realmente impactou o Brasil todo, mas que bom que, agora, parece-nos que estamos nos encaminhando para uma solução.

Eu queria fazer uma referência ao que vinhas manifestando no início da tua intervenção e reiterando, sobre o Conselho Municipal de Transporte Urbano, que o compromisso do Conselho é muito maior com a Cidade em vários outros eixos que não só o aumento da passagem. Eu acho que Porto Alegre hoje debate a ampliação do seu aeroporto, a ligação do metrô, através do aeromóvel no aeroporto; nós temos o sistema de táxi do aeroporto e o sistema de táxi normal, temos as lotações, temos o transporte coletivo; hoje temos inclusive um transporte que liga Porto Alegre a Guaíba. Nós tivemos assento – digo nós quando estive lá junto ao Planejamento, no Comtu, em que a Secretaria do Planejamento tem assento –, e, casualmente, hoje, o Secretário de Urbanismo, Cristiano Tatsch, se manifesta dizendo que as exigências sobre o trânsito são cada vez maiores, já que a frota de veículos cresceu 105% entre 2002 e 2012 no País.

Então, resumir todo o trabalho que é feito no Comtu, todos os debates a respeito de transporte simplesmente no aumento da tarifa é diminuirmos o debate em Porto Alegre, dialogando com o futuro, dialogando com a Copa do Mundo, encontrando alternativas e soluções para o amanhã da Cidade. É assim, através das contribuições de um Conselho, que se vão encontrando soluções. Diria mais, não é lá no Conselho da Cultura ou no Conselho Municipal de Esportes ou no Conselho Municipal do Planejamento que nós vamos debater questões de trânsito. E ao ver o Ver. Delegado Cleiton chegando, poderia ter-lhe franqueado esses dois minutos, pois ele é o Presidente da Comissão de

Transporte da Câmara. Gostaria de dizer que nós confiamos e acreditamos no Conselho Municipal de Transporte. Se houver alguma sugestão de encaminhamento, que ela seja feita aqui de maneira democrática, pelos representantes que têm a legitimidade e a responsabilidade de alterar as leis, pois assim rege a democracia. Vida longa ao Comtu. Cumprimentos pela sua intervenção, hoje, aqui na Tribuna Popular. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, falo em meu nome, em nome do meu Partido e em nome do Ver. Paulinho Motorista, que, aliás, gostaria de estar aqui neste momento, ele que é uma pessoa que tem uma vivência com o transporte público de passageiros, no Município, de longa data. Sabemos também que foi através dessa tarefa que ele se elegeu Vereador e está conosco aqui na Câmara. Também queremos saudar a Ana Paula e dizer que é uma vitória do povo gaúcho, do povo brasileiro, e, antes de mais nada, é uma vitória daquelas pessoas desprendidas, que largam suas famílias, seus afazeres, suas perspectivas outras e encaminham-se mundo afora para defender bandeiras, que não são só nossas, mas que são da humanidade. Então, leve à Ana Paula esse nosso abraço e os nossos cumprimentos. Eu estou aqui, até porque, lá em 1989, quando já era Vereador de Porto Alegre, naquela oportunidade éramos nós que discutíamos e decidíamos o valor da passagem. Eu conheço bastante bem a dura história que se convivia naqueles processos e naqueles momentos, quando o cidadão chegava aqui, meu caro Vereador, V. Exa. sabe muito bem, jogando moedas para dentro do plenário. E eu concordo que é preciso, sim, quando se discute e se define a passagem de ônibus, que é uma tarifa que afeta o cidadão, essencialmente o trabalhador, aquele que mais necessita, que mais precisa de um olhar todo especial. Alinho-me à posição do Vereador Bins Ely, quando diz que vamos de discutir conformações que podem ser diferentes e certamente positivas para a Cidade. Agora, quero trazer aqui o nosso abraço ao Conselho e aos conselheiros, e dizer que sei que há algumas dificuldades. Mas sei da dificuldade desse processo e sei também que com qualquer formação do Conselho poderá haver divergências e discussões. Mas, acredito que a generalização é uma coisa

pág. 13

muito delicada, que traz perdas a todos e muito poucos ganhos. Portanto, um abraço em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, e um abraço do nosso partido ao senhor e aos conselheiros da cidade de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Sr. Jaires da Silva Maciel está com a palavra para as considerações finais; nem é regimental, mas nós procuramos sempre oportunizar às pessoas responderem a algumas dúvidas.

O SR. JAIRES DA SILVA MACIEL: Eu quero saudar principalmente o Ver. Cláudio Janta e a Ver.^a Fernanda pelo brilhantismo com que defendem as suas posições. Fernanda, tu podes até não saber, mas eu te admiro muito pela tua combatividade. Até lembra um pouco a minha filha, que estava presa e mandou uma carta para o mundo se preocupar com o planeta. Então, é mais ou menos o mesmo paradigma, e eu admiro muito o teu trabalho por isso. Ao Cláudio Janta eu só quero dizer que a reunião foi numa quinta-feira, no mês de fevereiro, porque, por uma questão de lógica, a reunião só pode ocorrer depois do dissídio dos rodoviários. Como houve atraso no dissídio dos rodoviários, a reunião foi extraordinária, por isso não se realizou na terça-feira como de forma habitual. É só uma questão de lógica e de ordenamento natural do processo.

A questão da Justiça ter revogado o aumento, na verdade não foi por conta da decisão do Conselho, porque o Conselho cumpriu a lei. Ela derrubou por entender que a lei estava equivocada. E a lei foi aprovada nesta Casa, não pelo Conselho.

Por último, a questão da licitação: eu concordo com a Vereadora, eu acho que as licitações deveriam ter sido realizadas em todo o País desde 1988, mas o Conselho também não tem o poder de determinar essas licitações. Alguns entendem o Conselho é uma capitania hereditária, imagina se tivesse o poder de determinar as licitações do sistema de transporte público no Brasil inteiro? Aí não sairíamos mais de lá mesmo! Mas eu quero agradecer a todos, dizer que eu contemplo e entendo as divergências e acho que esse Conselho deve, sim, discutir, quem sabe, uma nova formação para aquele Conselho, porque o advento e o avanço do tempo fazem com que as coisas mudem. Então, acho que deve ser encaminhada a discussão, sim, e nós, Conselheiros, vamos seguir, Conselheiros ou não, com mais os outros, companheiros ou não, dependendo do

que for aprovado na lei. Porque o Conselho cumpre, rigorosa e estritamente, a lei que foi aprovada nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Nós é que agradecemos em nome da Casa.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear o Colégio Batista e a Igreja Batista Central de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 195/13, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Marli Berg, Diretora do Colégio Batista; a Sra. Ivone Rodrigues dos Santos de Araújo; o Pastor José Reinaldo Pinheiro, representante da Igreja Batista; e o Sr. Oswaldo Dalpiaz, Diretor do Sindicato do Ensino Privado, Sinepe/RS.

A Ver.^a Luiza Neves, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

A SRA. LUIZA NEVES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Coral Infantil da Escola já enfeita a nossa Casa e já abrilhanta este momento. É uma alegria estarmos rendendo esta homenagem nesta tarde. Nós tentamos unir aqui duas homenagens em uma só: à Igreja Batista Central ou a sua Junta de Educação, mantenedora do Colégio Batista, e ao Colégio Batista, que completa neste ano 87 anos. Brevemente, gostaríamos de falar um pouquinho a respeito do colégio. Como se iniciou o Colégio Batista? Movidos pelo desejo de ensinar adultos a ler para que tivessem acesso à leitura da Bíblia, um casal de missionários americanos, Harley e Alice Smith, fundou, em 27 de setembro de 1926, o Colégio Batista Americano. A partir de então, foram sendo introduzidos diversos cursos na escola, tais como: a Escola Oficial Continental voltada para a datilografia; jardim da infância; curso ginásial; curso de música; escola de línguas –

pág. 15

francesa, alemã, inglesa, e internato feminino, que atendia moças vindas do Interior do Estado. Devido à grande procura por vagas, o Colégio Batista somente aceitava alunos oriundos de outras escolas que viessem com atestado de bom comportamento. Tudo isso nos remete, 87 anos depois, ao que o Colégio Batista representa para a sociedade porto-alegrense, e nós vemos hoje uma conceituada escola com grande reconhecimento. O Colégio Batista é o primeiro colégio do Rio Grande do Sul que, recentemente, firmou uma parceria com a *high school* para jovens que desejarem ter o ensino médio americano cursado no Brasil. Com isso, eles podem se candidatar a ingressar nas melhores universidades americanas e canadenses. Os professores do colégio são preparados e buscam, cada vez mais, estar prontos para dialogar com essa geração de jovens, transmitindo-lhes o conhecimento ministrando excelentes aulas e conteúdos. O Colégio Batista, além de todo o oferecimento de ensino de qualidade focado em valores cristãos, preocupa-se em ser parceria da família no ensino e uso de valores éticos, que farão dos jovens cidadãos respeitados, fazendo a diferença na sociedade onde estão inseridos.

Também gostaria de mencionar aqui o Irmão Egon, a Klaudy, que é ex-Diretora da escola; o Babel Group, com o seu Diretor, Dr. Pierre; o Daniel Brown, o Carlos Lessa, o Gustavo; o Gilmar, da Editora Moderna, que faz uma parceria bonita com o Colégio Batista. Por que esta homenagem aqui? Porque nós, que conhecemos o Colégio Batista, nós, que convivemos nas proximidades: eu moro na Cristóvão Colombo, o Colégio Batista está situado na Av. Cristóvão Colombo... Eu gostaria de dizer, Diretora Marli e Pastor Reinaldo, que, o ano passado, eu tive a oportunidade de participar das comemorações, juntamente com o Prefeito Fortunati, dos 80 anos da Igreja Batista Central. Ali eu conversava com o Pastor Niander, que era o atual Presidente e Pastor da Igreja, e ele me dizia que gostaria muito de conhecer um Vereador, de falar com um Vereador para que fosse feita uma homenagem. Hoje, nós estamos realizando um desejo dele; ele não pôde estar, e a gente entende, porque ele passa por um momento de saúde delicada da sua esposa. Então, esta homenagem eu também quero estender ao Pastor Niander e a toda a comunidade da Igreja Batista como um todo e, em especial, ao Colégio Batista pelo princípio ético, moral, cristão, familiar e tudo o que ele representa para a nossa sociedade de Porto Alegre. Vocês merecem esta homenagem; esta homenagem, vocês podem ter certeza de que ela está sendo feita do fundo do coração, e eu tenho certeza de que os Pares desta Casa, os Vereadores e Vereadoras concordam com esta homenagem. Vida

pág. 16

longa ao Colégio Batista, à Igreja Batista Central, parabéns, vocês merecem, que Deus continue abençoando a todos vocês! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, quero cumprimentar toda a Mesa, o Colégio e a Igreja Batista; cumprimentar a nossa colega, Ver.^a Luiza, parabéns por esta belíssima e merecida homenagem! Parabéns, Luiza Neves! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Eu também quero cumprimentar a Mesa, os Diretores, as Diretoras, toda a criançada aí que abrilhanta a nossa Sessão de trabalhos desta tarde; pais, alunos, mestres do colégio; e, em especial, em nome do PDT, cumprimentar a Ver.^a Luiza, que é Vereadora da nossa Bancada, do nosso Partido, em nome dos Vers. Thiago, Nereu, Mario Fraga, Delegado Cleiton por esta homenagem. Quando fala a Câmara, fala a Cidade. Então, quando fazemos esta homenagem, nós estamos fazendo em reconhecimento, e o reconhecimento é da Cidade. Fica aqui o nosso abraço, o nosso desejo de vida longa, cumprimentos ao Colégio Batista e à Igreja Batista Central, cumprimentos, Vereadora, um abraço fraterno aqui da Bancada do PDT. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os membros da Igreja, do Colégio Batista. Eu tenho uma particular simpatia e um carinho por essa

instituição. Na minha empresa, na Zona Norte, quando chegou lá a Igreja Batista Brasa, eles mudaram muito, conseguiram, com o exemplo, mudar. Eu acho que a Igreja Batista e o Colégio Batista dão exemplos, e nada melhor do que exemplos para que as pessoas os sigam. Então, eu queria cumprimentá-los por esse trabalho, por essa doutrinação e por esses exemplos que dão a Porto Alegre. Em nome da nossa Bancada do PMDB, do Ver. Professor Garcia, da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Valter Nagelstein e em meu nome, queria agradecer o que fazem o Colégio Batista e a Igreja Central por Porto Alegre. Vida longa! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero, em nome da Bancada do Partido Progressista – em meu nome e em nome dos Vereadores Mônica Leal e Guilherme Socias Villela –, cumprimentar a Igreja Batista Central de Porto Alegre e o Colégio Batista dizendo que, como católico e cristão, eu quero agradecer esse Colégio, essa Igreja por transmitirem valores e princípios cristãos. Hoje em dia, justamente quando a juventude precisa de uma orientação de valores e de um caminho, vocês estão dando esse caminho, essa orientação, essa formação importante para a vida das pessoas.

Quero cumprimentar a Dona Marli Berg, Diretora do Colégio Batista; a Dona Ivone Rodrigues dos Santos de Araújo, Presidente da Igreja Batista; o Pastor José Reinaldo Pinheiro, e o meu amigo Oswaldo Dalpiaz, do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado – Sinepe/RS. Sejam bem-vindos! Em nome do povo de Porto Alegre e, especialmente, da minha Bancada, muito obrigado por melhorarem o futuro da nossa Cidade. Meus cumprimentos! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado. Quero aproveitar este momento para cumprimentar o Sr. Doroci, empresário da nossa cidade, que visita a Casa no dia de hoje. Sr. Doroci, os nossos parabéns! Também cumprimento a Vereadora, hoje

Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da cidade de Guaíba, Cláudia Pelegrino Jardim Pereira. Sejam bem-vindos a esta Casa!

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente Bernardino Vendruscolo, trago aqui uma mensagem, um apoio do meu Partido, o Solidariedade, porque eu acredito que a Congregação Batista leva isso até as pessoas, principalmente no ensinamento, quando leva que a principal estrutura que temos é a nossa família, a nossa união. Então, a Câmara, em nome da Cidade, faz uma justa homenagem a essa escola, a essa igreja, a esse culto. Eu falo também em nome de membros do meu Partido: vocês são pessoas que trazem para nós o conforto. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. João Derly está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO DERLY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabênzo, em nome da minha Bancada do PCdoB, em nome da Ver.^a Jussara, que está em viagem, nós votamos por essa iniciativa, Ver.^a Luiza Neves, porque é uma iniciativa muito importante, eu tenho um apreço muito grande, a minha esposa é batista, da Igreja Passo d'Areia, tenho grandes amigos na Igreja Batista Central e conheço um pouco o trabalho de judô que é praticado na escola. Eu tive o prazer, algumas vezes, de fazer apresentação, de poder compartilhar um pouco da minha história dentro da escola. Iniciativas com igrejas, nós temos a Metodista, a Adventista, que fazem grandes trabalhos na educação para a formação dos nossos jovens. Nós sabemos da importância de aplicar valores para a criançada, para os jovens para que possam aplicar na sua vida para nós termos uma sociedade ainda melhor. Parabéns, saúdo a todos que estão aqui, à criançada, ao coral, eu acho que é importantíssimo inserir isso na vida das crianças. Eu não tive oportunidade, com essa voz maravilhosa, de poder estar cantando um pouco mais, mas admiro bastante. Parabéns! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Ver. Bernardino, nossos convidados do Colégio Batista, da Igreja Batista Central; quero cumprimentar a Ver.^a Luiza Neves pela iniciativa e dizer que, sempre que nós homenageamos aqui alguma igreja, alguma escola, nós estamos, na verdade, homenageando aqueles que são os pilares morais da nossa Cidade, aqueles que transmitem os valores, que mantêm essa comunidade de um milhão e meio de pessoas com vínculos morais. Fiquei até estudando a história da Igreja Batista para conhecer um pouco mais: ela está, desde 1867, no Brasil, e tem toda essa doutrina de liberdade, a escolha da fé como um ato de consciência.

É um prazer tê-los aqui. A nossa saudação. Vida longa e cada vez mais forte em todas as comunidades da nossa Cidade!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Sra. Marli Berg, Diretora do Colégio Batista, está com a palavra.

A SRA. MARLI BERG: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver.^a Luiza Neves, recebemos, com muita honra, neste momento, em que somos lembrados como instituição de ensino, que serve a cidade de Porto Alegre, há 87 anos, ininterruptamente. Durante todo esse tempo, o Colégio Batista de Porto Alegre formou gerações de alunos que hoje, profissionais, dignificam a nossa instituição educacional, honram o ensino recebido, destacando-se em todas as suas áreas de atuação.

Na escola, com muita alegria, recebemos, muito seguido, ex-alunos que estão hoje servindo nos mais diferentes segmentos na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, e muitos servindo no Exterior. Quanta recompensa para um professor, para um educandário porto-alegrense. Isso é uma grande honra para nós.

O Colégio Batista, sua equipe de professores, especialistas e colaboradores, estão empenhados em levar uma educação completa ao jovem que lá estuda, elevando, dessa

forma, a educação do nosso Estado, para estarmos nas primeiras colocações de aprovações, contextualizações e excelência no ensino.

O Colégio Batista oferece à cidade de Porto Alegre, desde o pré-maternal até o Ensino Médio, incluído aí também o turno integral, em aulas dinâmicas, com professores especializados em suas respectivas áreas. Os nossos alunos, desde a mais tenra idade, têm acesso a uma língua estrangeira: Inglês e Espanhol. Os nossos alunos acessam a tecnologia como ferramentas em salas de multimídia, nos mais diversos laboratórios, fazem observações e saídas de campo para complementar o conhecimento. Nossos alunos têm contato com a natureza em amplo pátio arborizado, num ambiente próprio para a educação, uma educação sadia que os impulse para o futuro. Entendemos, Ver.^a Luiza Neves, que, além de focarmos na excelência do conhecimento, estamos atentos e empenhados em dar suporte à família, orientando e ajudando na formação do caráter dos nossos alunos. Temos uma grande e salutar parceria com as famílias. Conheço também seu projeto, foco do seu mandato nesta Casa. Se desestruturada a família, proliferam-se os desmandos e os desgovernos. Falo para quem legisla sobre a Educação em nosso Município. Queremos ser parceiros do Poder Público para que, cada vez mais e melhor, consigamos atingir níveis que nos orgulhem. Somos um povo inteligente, trabalhador, guerreiro, e nossos jovens devem receber de nós, educadores, e do Poder Público, o máximo que pudermos oferecer: educação da mais alta qualidade para quem já é o presente e será o futuro, e, com certeza, não veremos frustrada a nossa esperança, o presente já existe e o futuro é promissor.

O Colégio Batista, para 2014, está lançando o programa High School, numa parceria com o American School, de Illinois, Chicago, que oportunizará aos jovens dois diplomas: o diploma de Ensino Médio brasileiro e o diploma de High School, diplomado nos Estados Unidos. O jovem que conseguir esses dois diplomas terá acesso as mais diversas universidades americanas e canadenses.

Ver.^a Luiza Neves, nossa gratidão pela homenagem ao Colégio Batista, continue firme, alicerçada no Senhor, defendendo, amparando, impulsionando cada vez mais a família e fazendo diferença nos demais projetos e assuntos desta Casa. Obrigada a todos os que nos prestigiam com sua presença, também a todos os que fizeram e fazem do Colégio Batista uma instituição que se mantém contextualizada, não desviando jamais do propósito dos seus fundadores, missionários americanos, como já foi dito aqui, quando,

há 87 anos, sonharam um colégio que, além do conhecimento, formasse o caráter com fundamentos nos valores cristãos. Finalizo com um texto da Bíblia que diz: “Feliz é o jovem que acha a sabedoria e adquire conhecimento”. O Colégio Batista se propõe a isso diariamente. Deus nos abençoe. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Pastor José Reinaldo Pinheiro, representante da Igreja Batista, está com a palavra.

O SR. JOSÉ REINALDO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A Igreja Batista Central tem sua origem por volta do ano de 1900, quando cristãos missionários evangélicos, principalmente europeus e norte-americanos adentraram a Capital gaúcha no ano de 1925. A Igreja Batista Central é a oitava Igreja Batista organizada em Porto Alegre; sua organização, há 81 anos, significa uma longa história para uma instituição. Certamente, a Instituição nesse período tem procurado contribuir de forma significativa com a existência dessa sociedade.

Quero fazer alguns destaques iniciais, principalmente para quem não tem conhecimento de como uma Igreja Batista Central está inserida no contexto da sociedade. A Igreja destacou-se através de algumas ações, como, por exemplo, o Jardim da Infância, de 62 a 69, disponibilizou as suas dependências para uma organização de uma clínica médica. Cedeu de 99 até 2001 as suas dependências para o Jardim da Infância Municipal Nosso Amiguinho, na praça Florida, enquanto a referida instituição estava em reforma. Tem apoiado, desde 95, as ações que são efetuadas pela Associação de Moradores da Cristóvão Colombo, que tem feito ações em Porto Alegre, cidades da Grande Porto Alegre, no Estado, no Brasil e no mundo. Destaco também a construção de doze moradias realizadas pela própria Igreja, e cedidas, voluntariamente, a moradores com alto grau de carência na cidade de Eldorado do Sul.

A Igreja Batista tem dado origem a várias outras igrejas no nosso Estado. Destacam-se, pelo menos, sete grandes igrejas: Igreja Batista de Guaíba, Igreja Palavra da Vida de Porto Alegre, Igreja Batista do Jardim Ipu em Porto Alegre, Igreja Batista Central em Porto Alegre, Igreja Batista de Canoas, Igreja Batista em Alvorada, Igreja Batista Missionária em

Porto Alegre. Ainda há projetos para implantação de mais cinco igrejas que estão sendo, agora, alvo do trabalho da Igreja Batista Central.

Esse pequeno resumo, certamente traz alguns questionamentos. A nossa primeira palavra de gratidão, antes dos questionamentos, é para a Sra. Luiza Neves pela tão grande gentileza, a nossa gratidão a ela e aos demais do plenário por aceitarem, então, esta Moção de Honra. Todos ouvimos um pouco falar sobre a história desses 81 anos de existência. Durante esse período, nós fizemos o que Cristo nos mandou fazer, nos orientou que nos fizessemos discípulos. Mas o que leva uma igreja a existir durante 81 anos, atuando não só nas áreas educacionais, assistenciais e espirituais? O que faz uma igreja, por exemplo, comprar máquinas de fraldas para produzir fraldas e entregar gratuitamente à assistência social ou às instituições que têm carência ou necessidades maiores? O que faz uma igreja abrir o seu braço e receber morador de rua? O que faz a igreja? O que mantém uma comunidade? O que a faz passar durante este quase um século? O que a motiva? Sem dúvida nenhuma, nós reconhecemos que a glória, o poder e a honra pertencem ao Nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo. Mas o que nos mantém firmes? Sem dúvida nenhuma, não é simplesmente o que fazemos, mas o que cremos. Senhoras e senhores, o que nós cremos como Igreja Batista Central? Nós cremos que Deus fez o mundo e tudo que Nele há. Ele é senhor do céu e da terra e Ele não habita em santuários feitos por mãos humanas, Ele não é servido por homens, como se necessitasse de alguma coisa, porque Ele mesmo dá a vida a todos e às demais coisas, inclusive o fôlego. De um só Ele fez todos os povos para que povoassem a Terra, tendo determinados os tempos anteriormente estabelecidos e os lugares exatos em que deveriam habitar. Deus fez isso porque queria que os homens o buscassem, e, talvez, tateando, pudessem encontrá-Lo, embora Ele não esteja longe de nenhum de nós, pois Nele vivemos, movemo-nos e existimos. Como disse um poeta, Dele também somos descendentes. Desde a criação do mundo, os atributos de Deus, seu eterno poder e a Sua natureza divina têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que os homens são indesculpáveis, porque, tendo conhecido Deus, não O glorificaram como Deus nem Lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis, e os seus corações insensatos se obscureceram. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos, trocaram a verdade de Deus pela mentira e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador, que é bendito para

sempre. No meio de toda essa escuridão, o povo que andava em trevas viu uma grande luz, viu a grande luz que é prova do amor de Deus para com todos, porque Deus amou o mundo e, quando chegou à plenitude dos tempos, Ele enviou o seu filho, nascido de mulher. E, daqui a pouco, vamos fazer as devidas comemorações. Senhoras e senhores, é sabido o que aconteceu com Jesus, como Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e poderes, e como Ele andou por toda parte fazendo o que era bom, curando os oprimidos, porque Deus estava com Ele. Pela fé, nós, da Igreja Batista Central, somos testemunhas de tudo o que Ele fez na Terra. Cristo veio à Terra, estava no mundo, e o mundo foi feito por intermédio Dele, mas o mundo não O reconheceu. Ele veio para o que era seu, mas os seus não O receberam, de tal forma que O mataram, suspendendo-O no madeiro. Dessa forma, Deus deu o seu filho unigênito para que todo aquele que Nele crê não pereça, mas tenha vida eterna. Os que O recebem e os que crêem em seu nome têm o direito de se tornarem filhos de Deus, os quais não nasceram por descendência natural, nem pela vontade da carne, nem pela vontade de homem algum, mas nasceram de Deus. É por isso que, por meio de Cristo, Deus demonstrou seu amor por nós, pois Cristo morreu em nosso favor quando nós ainda éramos pecadores. Entretanto, Deus O fez ressuscitar no terceiro dia, e fez com que Ele fosse visto não por todo o povo, mas por testemunhas que designara de antemão. Ele nos mandou pregar ao povo e testemunhar que esse Cristo é Aquele a quem Deus constitui Juiz de vivos e de mortos. Todos os profetas bíblicos dão testemunho Dele, que todo aquele que Nele crê recebe perdão dos pecados mediante o seu nome, pois não há salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não há nenhum outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos. Desse modo, Deus nos ordenou que proclamássemos o evangelho, e Deus ordenou que todos, em todo o lugar, se arrependessem de seus pecados para que os pecados fossem cancelados e que houvesse o encontro do descanso prometido da parte do Senhor para todos os que creem. Assim, Deus estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo por meio de Cristo, e deu prova disso ressuscitando-O de dentre os mortos. Senhoras e senhores, Deus exaltou a Cristo a mais alta posição, Ele deu o nome que está acima de todos os nomes, para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho, no céu, na terra e debaixo da terra, e toda a língua confesse que Jesus Cristo é Senhor para a glória de Deus Pai. Concluo dizendo que essa é a mensagem que nos tem feito atravessar como Igreja Batista Central a nossa existência, 81 anos proclamando, sim, sendo instrumento

de Deus nas mais diversas áreas, mas, sobretudo justificando a Sua existência a partir do nosso credo, porque nessa mensagem nós cremos, por ela vivemos, e, através dela, glorificamos a Deus e ao Pai do nosso Senhor Jesus Cristo. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado. Eu tranquilizo a Professora Nara e seus músicos, no sentido de que já vamos ouvi-los.

Convido a Ver.^a Luiza Neves para que faça a entrega do Diploma.

(A Ver.^a Luiza Neves procede à entrega do Diploma.)

Solicito ao Ver. Waldir Canal que assuma a presidência dos trabalhos, e que o Coral Nossa Canção se prepare para cantar a música.

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Neste momento, passamos à apresentação do Coral Nossa Canção, do Colégio Batista, e do Trio Vozes e Vida da Igreja Batista.

(Procede-se à apresentação do Coral Nossa Canção e do Trio Vozes e Vida.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Parabenizamos, mais uma vez, o Colégio Batista e a Igreja Batista Central de Porto Alegre e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): (15h50min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ELIZANDRO SABINO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu vim a esta tribuna para me referir a um discurso pronunciado ontem pelo Ver. Pedro Ruas, meu amigo pessoal. Em seu discurso, que está inserido nos Anais da Casa, referiu-se a um projeto de sua autoria, a respeito do tombamento do Estádio Olímpico, reclamando da Comissão de Justiça, o que é um direito do Vereador. Em seu discurso, citou o nome do Presidente da Comissão, Ver. Reginaldo Pujol, e deste Vereador, que foi o último a pedir vista do processo de tombamento do Estádio Olímpico, aliás, exercendo um direito que o legislador tem e que por nós é exercido na Comissão de Justiça e, imagino, em outras comissões. Mas o discurso de Sua Excelência, ontem, que é um direito seu, repito, deixou uma única situação desconfortável e até ofensiva, pelo menos para a minha pessoa e a do Ver. Reginaldo Pujol, pois disse: "Isso é prevaricação". O "isso" a que ele se referia era a situação, que ele imagina, que lhe disseram ou ele está convencido, é que nós estaríamos protelando, deliberadamente, na Comissão de Justiça, a tramitação do Projeto do tombamento do Estádio Olímpico Monumental. Então, eu queria inserir nos Anais, e acho que o Ver. Pedro Ruas não se deu conta ou não sabe, o que é prevaricação. No art. 319, do Código Penal. (Lê.): "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal." Isso é prevaricar, pelo Código Penal.

Nos dicionários em geral, inclusive no Aurélio. (Lê): "Prevaricação é um crime funcional, praticado por funcionário público contra a Administração Pública. A prevaricação consiste em retardar, deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição de lei, para

satisfazer interesse ou sentimento pessoal.” Ou seja, os dados da definição de prevaricação são: é um crime funcional – naturalmente de funcionário público; deixar de praticar ato de ofício a fim de satisfazer interesse pessoal; e, principalmente, é esse crime doloso, não é culposo, ou seja, feito de má-fé.

Então eu pergunto: qual é o meu interesse, ou do Ver. Pujol, em procrastinar a questão do tombamento do processo? Nenhum. Ainda mais de má-fé. É claro que eu sou contra esse projeto, porque eu estava aqui em 2010, quando, em duas tardes, estiveram aqui a direção do Grêmio, a OAS, até o Inter, porque fazia parte de alterações também para o Inter – o Inter concordou, na nossa votação, que a OAS recebesse o Estádio Olímpico, que fosse a Arena. Tudo foi uma conjugação. O Inter também queria, de nossa parte, compensação, porque nós estávamos fazendo essa questão imobiliária do Estádio Olímpico, onde vão ser construídos edifícios. Então, foi uma conjugação de duas tardes, houve inúmeras reuniões no gabinete da presidência. Eu participei, foi um contrato, foi uma lei firmada, sancionada pelo Prefeito. Agora, simplesmente tombamento para fins paisagísticos? Em princípio, eu digo assim: o projeto é uma gracinha de irresponsabilidade!

Agora, vir aqui e dizer que houve prevaricação? Eu gostaria, em nome da amizade que tenho com o Ver. Pedro Ruas – foi meu companheiro aqui há muitos e muitos anos, foi Presidente do meu Partido, o Brizola o colocou como Presidente, enfim é uma pessoa que eu prezo muito –, eu pediria que ele retirasse esse termo prevaricação, porque ele é ofensivo, e repito: “prevaricar é faltar, por interesse ou má-fé, aos deveres do seu cargo.” Pelo meu cargo, eu não tenho o dever de não pedir, é um direito meu, e eu pedi – como, aliás, sói acontecer –, e o Ver. Waldir Canal, Presidente, é da nossa Comissão e também volta e meia vamos lá e pedimos vista do processo. Não houve nenhuma irregularidade, quanto mais má-fé. Prevaricar, então, é ato de ofício de funcionário público. Eu não sou funcionário público, sou membro da Comissão, tenho o direito de pedir. Segundo, nunca agi e não vou agir em lugar nenhum com má-fé, ainda mais com o Ver. Pedro Ruas que, repito, é meu amigo pessoal; terceiro, é ato do ofício, é situação de funcionário público que falta aos seus deveres. É um crime funcional, onde o sujeito retarda ou deixa de praticar ato de ofício a fim de satisfazer interesse pessoal; e de má-fé. Então, o crime de prevaricação no Código Penal ou no Direito Administrativo do Funcionário Público é um crime gravíssimo, porque não é culposo, é doloso. Dolo é má-fé, então, o termo que o

pág. 27

Vereador usou é ofensivo, inadequado e até uma injustiça monstruosa contra este Vereador que exerceu apenas a função de pedir vista do processo. Agora, se o processo está na Comissão de Constituição e Justiça há bastante tempo, bom, esse é outro problema. E o Vereador aí, sim, usou certo, quando, nos termos do Regimento, pediu para que o processo passe a outras Comissões, porque, na Comissão de Constituição e Justiça, segundo o Vereador entende, já está esgotado o prazo. Agora, o meu direito de, enquanto estiver na Comissão de Constituição e Justiça, pedir vista, eu exerci legalmente. Então, o discurso o Vereador foi absolutamente correto, afora quando disse “isso é prevaricação”. Primeiro, ele não sabe o que é prevaricação, ou ele aí, sim, usou o termo ofensivamente a mim, e ao Ver. Reginaldo Pujol também, por quê? Repito, pela terceira vez, eu não usei de má-fé, não tenho interesse pessoal nenhum, qual o interesse pessoal? Aliás, nenhum Vereador aqui tem interesse pessoal na questão, se vão ou não implodir. Agora, eu como participei das negociações, na hora de discutir o projeto, eu vou dizer que sou literalmente contrário ao projeto, porque é um ato jurídico perfeito, perfeito, administrativa e esportivamente, Mas isso é da discussão do projeto. Hoje, eu pediria fraternalmente ao Ver. Pedro Ruas que retirasse esse termo prevaricação porque ele é ofensivo. Absolutamente, não houve isso e não tem nenhum sentido esse termo no discurso. Eu acho que foi um excesso e gostaríamos que fosse retirada dos Anais da Casa essa expressão porque isso ficou muito ruim. Dá a impressão de que ao pedir vista, que é um direito que me cabe, eu estava fazendo um ato de má-fé porque prevaricar é ato de má-fé e com interesse pessoal. Ora, por favor, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras. Eu lamento a ausência do Vereador, mas quando ele falou ontem eu também estava ausente. Não há problema. Para encerrar, eu deixo um pedido ao Vereador, para que ele retire dos Anais – o termo prevaricar é injusto, conforme demonstrei. Só para informar àqueles que ainda não foram informados: a votação na Comissão de Justiça desse Processo foi sete a zero. Ao ver aqui o Ver. Kopittke , eu lembrei disto: foi sete a zero contrário ao Projeto. Então, o Processo não viria a Plenário; ele estaria liquidado. Mas há o recurso, e o Vereador fez o recurso. O Ver. Pujol foi o Relator do recurso, e foi pela manutenção do voto contrário ao recurso. Se os sete Vereadores da Comissão acompanharem o Ver. Pujol, não virá a Plenário este Projeto do tombamento. Mas eu fui informado que o Ver. Kopittke vai votar a favor do recurso do Ver. Pedro Ruas para efeito de tramitação. Na primeira votação, parece que o Ver. Kopittke não foi favorável ao

Projeto. O Ver. Kopittke me informa que ele não estava presente na votação. Fica o registro porque não quero fazer injustiça ao Vereador. Então, foram seis Vereadores contrários. Para informação: o projeto do tombamento do Olímpico, teoricamente, estava impossibilitado de vir a Plenário pela votação unânime contrária ao Projeto na Comissão. Mas o que eu estou discutindo aqui não é o Projeto. Vou discuti-lo na hora da discussão aqui no Plenário. Para concluir, é bom que o Ver. Kopittke vote contrário. Vai ser o único voto contrário na Comissão, oportunizando que o Projeto venha a Plenário para discussão. É ótimo que isso ocorra, porque, senão, daria a impressão de que, na Comissão de Justiça, além de tudo, nós obstaculizamos o Projeto que, agora, com esse termo usado pelo Vereador, ficou numa situação constrangedora, e eu sou o primeiro a querer que o Projeto venha ao plenário para a nossa discussão ampla e soberana. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão de mais alguns segundos ao meu pronunciamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu tenho certeza de que tanto o Ver. Pedro Ruas quanto o Ver. Pujol e o Ver. Nereu são grandes Vereadores desta Casa, com muita experiência, e não haverá consequências de relacionamentos entre eles daqui, e seus pronunciamentos são apenas esclarecimentos que ocorreram.

Vou ocupar este tempo de Liderança e fazer um pedido ao Secretário Cappelari. Quero dizer ao Secretário Cappelari que não é feio voltar atrás; há algumas coisas que se faz a tentativa e, quando elas não dão certo, dá para voltar atrás, e falo de dois pontuais enganos que ocorreram. Não são erros, foram tentativas que não deram certo: uma é o corredor de ônibus da Av. Sertório; é um absurdo se manter aquele corredor com dois ou três ônibus diários passando lá, e os engarrafamentos o dia todo, desde a Farrapos até a Assis Brasil. Então acho que tem que rever isso, tem que dar uma olhada, voltar atrás, fazer alguma coisa, porque é possível e ainda dá tempo, e o outro é o corredor de ônibus da Zona Sul. Aquilo está trancando toda a Cidade. Eu não moro na Zona Sul, mas fui

passar lá hoje, porque precisei visitar uma obra, e é um absurdo. Eu acho que tem que repensar o corredor da Zona Sul tanto como o da Zona Norte. Não é possível persistir nessa tentativa, não precisa de mais uma semana, não precisa mais de experiência se notou que deu errado. Então, houve a tentativa. E não é possível que um ônibus direto demore mais do que um indireto! O conceito do corredor de ônibus, na minha opinião, funciona em alguns lugares. Gosto muito de dar o exemplo de cidade de fora – todo mundo gosta de dar um exemplo, vou também dar um exemplo –: a cidade de Bogotá, onde se fez o corredor de ônibus, têm duas pistas. Em Buenos Aires também tem duas pistas, o ônibus está parado na parada dele, normal, e o outro, que não precisa pegar passageiro, passa pelo lado. Só que, aqui em Porto Alegre, nós não temos espaço para fazer isso. Não temos! Não tem na Zona Sul, não tem no corredor da Sertório! Então, tranca tudo. Acho que tem que dar uma olhada, Secretário Cappellari, nos dois corredores: no corredor da Sertório, há muitos anos, há muito tempo, foi um grande erro, tem a parada alta e os ônibus são baixos, tem meia dúzia de ônibus que passam lá e toda a população da Zona Norte sofre com aqueles engarrafamentos. E esse da Zona Sul, que recém começou, antes que cause mais prejuízos, seria muito interessante rever esse conceito de ônibus, de corredores de ônibus sem serem utilizados, e daqueles que, utilizados, acabam prejudicando, principalmente, quem precisa trabalhar e circular nessa região. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição, por cedência de tempo do Ver. Alberto Kopittke.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal, que nos dá a honra de utilizar a tribuna neste momento, Vereadoras, Vereadores, eu não ouvi, Ver. Nereu D'Avila, o discurso de V. Exa., mas tomei conhecimento dele, estou com um problema de saúde na família e estava no hospital com meu pai, ontem e hoje. Tomei conhecimento do discurso do Ver. Pujol e do de V. Exa. Quero dizer que falei com V. Exa., várias vezes sobre esse projeto. Não tantas quanta as que falei com o Ver. Pujol – foram inúmeras, Ver.^a Fernanda –, e o Ver. Kopittke, que acompanhou parte, é testemunha disso. O que nós colocamos ali, Ver. Nereu D'Avila? O nosso requerimento, não será retirado em hipótese

alguma, porque é inaceitável que um projeto que chega à Comissão de Constituição e Justiça no dia 15 de fevereiro permaneça até o dia de ontem – e não sei se sairia sem a denúncia de ontem. O que eu quero retirar, Vereador-Presidente, é a expressão e a denominação prevaricação, como requereu aqui o Ver. Nereu D'Avila.

(Aparte antirregimental do Ver. Nereu D'Avila.)

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado. Mas quero fazer mais um registro, além de manter o nosso requerimento. Ontem, o Vereador-Presidente da Casa, Dr. Thiago, recebe uma manifestação da Ver.^a Fernanda Melchionna, que falava pela Bancada do PSOL, em meu nome – eu não estava aqui, estava com o meu pai, no hospital –, e encerra a Sessão no meio do debate com a Vereadora. Ver.^a Mônica Leal, que também é uma Vereadora mulher, lutadora, aguerrida, com uma posição ideológica distinta, mas também é uma mulher, as Vereadoras da Casa devem ter atenção. Eu nunca vi, antes, o Ver. Dr. Thiago fazer um encerramento desses. E, se eu estivesse aqui, não teria feito. Estou dizendo agora porque é quando estou usando o tempo, queria dizer com ele na Presidência, mas, como vai ficar registrado, ele vai tomar conhecimento. Não se faz assim, não se preside uma Casa assim! Está errado o que fez V. Exa., e fica aqui o nosso protesto público. A Vereadora falava em nome dela e em meu nome e tinha direito a uma resposta do Presidente. Falava sobre uma irregularidade ocorrida na Comissão de Constituição e Justiça, sim, não estava nem acusando o Presidente da Casa, e o Ver. Dr. Thiago tomou essa atitude inaceitável. Fica aqui o nosso protesto com relação a isso, fica aqui a retirada da expressão, Ver. Nereu D'Avila fica aqui a manutenção do nosso Requerimento, e fica aqui um alerta, mulheres da Casa. Essas coisas continuam ocorrendo, mas nós, no que estiver ao nosso alcance, Presidente, não vamos permitir.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Quero agradecer a presença do Delegado Antônio Machado e dos demais representantes da Polícia Civil que já se encontram em nossa Casa. Daqui a pouco, após a fala dos Vereadores, iniciaremos a cerimônia em homenagem aos 19 anos da Delegacia de Polícia do Idoso.

O SR. DELEGADO CLEITON: Meu Presidente, hoje, marquei uma reunião fora da Cidade, perto de Candelária, para falar sobre o Partido, o PDT, sobre o reforço das bases do PDT. Então, eu não poderei ficar para essa solenidade, mas gostaria de saudar aqui os meus colegas Delegados, os meus colegas agentes aqui da Delegacia do Idoso, pelo excelente trabalho que vem fazendo a nossa Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Muito boa tarde a todas e a todos. Inclusive, aproveito a presença do Ver. Delegado Cleiton, que, cotidianamente, representa muito bem a corporação dos Delegados da Polícia Civil. Também quero deixar esse registro, saudando os colegas da Polícia Civil que já se fazem presentes aqui para a solenidade.

Quero aqui fazer um diálogo de alto nível, como temos feito aqui, com o Ver. Cecchim, e reputo que o nível não é de forma hipócrita, de maneira alguma, é de forma muito séria, porque temos feito bons diálogos sobre a Cidade, Rio Grande do Sul ou País, sempre num nível absolutamente respeitoso e no campo das ideias, como deve ser a nossa função aqui, independentemente de qualquer diferença.

Mas ontem o Vereador foi muito feliz na imagem que fez sobre o “chapéu dos outros”, e creio que estava se referindo ao aumento do salário mínimo regional proposto pelo Governador Tarso, que deixou alguns segmentos realmente estupefatos, segmentos que, por décadas e décadas, sempre disseram que o aumento do salário mínimo quebraria a economia do Brasil, do Rio Grande do Sul. E hoje esses segmentos se viram equivocados pelos números, pela verdade de que o motor da economia nacional e do Rio Grande do Sul é o salário mínimo, Ver.^a Sofia. E essa política adotada pelo Governador vai beneficiar os próprios empresários, eu tenho certeza disso, ou seja, quem for a futura Governadora ou o futuro Governador. Obviamente, espero que continue sendo ele, mas, com certeza, essa política de aumento do salário mínimo vai beneficiar e impulsionar muito a economia do Rio Grande do Sul.

Mas, falando em “chapéu dos outros”, eu quero trazer aqui a preocupação de um chapéu ao contrário, de um buraco que a Cidade tem vivido que se chama duto Álvaro Chaves, um tema que nós temos já, ao longo dos anos, discutido de forma séria e que tem

demonstrado, mesmo nos discursos – eu fiz um aqui, há 15 dias, Ver.^a Sofia –, que a Cidade estava em risco, porque a estrutura do duto Álvaro Chaves estava desmoronando. Alguns disseram que eu estava sendo exagerado, que eu estava amedrontando, em vão, a Cidade aqui. Pois, Ver. Janta, há mais uma cratera aberta além daquela nas ruas: há uma cratera nos cofres do Município.

Eu saúdo o Ministério Público, o Promotor Sbardelotto, pelo ingresso de uma ação civil pública. E quero anunciar aqui, Ver.^a Sofia, que o Partido dos Trabalhadores está ingressando com uma outra ação civil pública, complementando a ação civil pública feita pelo Ministério Público. Nós estamos, há cinco meses, preparando os estudos dessa ação civil pública, junto com o Ministério Público, e estamos complementando, buscando as responsabilidades, porque não é possível que uma obra de R\$ 60 milhões esteja carcomendo a Cidade no seu primeiro ano de vida. Não é possível, algo aconteceu, e responsabilidades deverão ser averiguadas e serão averiguadas, é a maior obra da Cidade, é importante destacar. E muitas vezes aqui a Bancada do Partido dos Trabalhadores denunciou a falta de fiscalização e a falta de um projeto executivo para a alteração feita, não as razões feitas para a alteração, mas a falta de um estudo que demonstrasse que a nova curva feita pelo duto não afetaria o quê? O restante do sistema de águas daquela região, que é exatamente o que está acontecendo: as águas, pela má obra, estão estourando todo o sistema do entorno do duto do Álvaro Chaves. Então, na verdade, nós temos um rombo acontecendo na cidade de Porto Alegre que está afetando várias regiões, o trânsito da Cidade, mas, sobre o trânsito, nem precisa mais falar, porque ele está sendo afetado por diversas coisas, mas ele está realmente fazendo a Cidade se perguntar: “O que houve com o Conduto do Álvaro Chaves?” E cabe, sim, a um Partido aqui dentro responder, que é o PMDB, que dirigia o DEP e era na sua gestão, com o Prefeito Fogaça, que deverá prestar contas do que aconteceu com o Conduto Álvaro Chaves. E aqui não estou fazendo nenhuma ilação, estou apenas dizendo que ele deverá prestar responsabilidades, respostas, pelo fato de o duto estar rompendo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero me reportar a um projeto recentemente aprovado, do Ver. Vendruscolo, que trata hoje do espaçamento para eventos com fogos de artifício em torno de 300 metros, longe de residências e áreas comerciais. Não é o projeto que defendíamos; o nosso é no sentido de retirar a licença desse tipo de artefatos que existem atualmente e que podem ser muito bem substituídos por métodos mais modernos e que não vão ser nocivos a humanos e animais. Então, o projeto foi aprovada aqui na Câmara, não foi sancionado pelo Prefeito, retornou e já está ultrapassando o prazo para a sua promulgação. Ontem, entrei com um Requerimento pedindo a promulgação, porque não queremos que o uso desses equipamentos possa causar a mutilação das pessoas, perturbar as pessoas hospitalizadas ou, por susto, levar pessoas ao óbito, ou, no caso dos animais, que assustados, por vezes, enforcam-se na própria guia. Quero cumprimentar o Ver. Vendruscolo, porque o seu Projeto será promulgado aqui na Câmara, uma vez que o prazo de 48h para o Prefeito se manifestar se esgotou.

Também quero falar sobre um Projeto singelo, que é o de incluir o veganismo no Calendário Oficial de Porto Alegre. Os veganos fazem parte de uma filosofia pouco difundida, e, segundo o IBOPE, 9% da população brasileira, de todas as classes sociais, entre 12 e 64 anos, fazem parte deste grupo. Nós queremos deixar para esses ativistas uma data para suas manifestações, inclusive, com a possibilidade de colocar no rótulo dos alimentos se são ou não de origem animal. Esses projetos que parecem singelos atendem à demanda de grupos, de segmentos para os quais nós, como Vereadores, devemos trabalhar em prol.

Também tenho apresentado outros projetos que são necessários para a legalização daquilo que se defende. Projetos que, à medida que forem aprovados, certamente, favorecerão o Município na tomada de decisões com maior eficiência. Por exemplo, a causa animal, para a qual trabalhamos e que, por isso, às vezes, somos mal compreendidos. Esse mercado das *petshops*, segundo levantamentos de 2012, é promissor para os próximos 20 anos, envolvendo a área de rações, medicamentos e também de impostos – em ISSQN no ano de 2013 foram em torno de R\$ 500 mil. Esses recursos não são destinados diretamente aos animais, mas ao todo que envolve esse segmento.

Então, o que se busca com isso? Conter a superpopulação de animais e cuidar dos que precisam de atendimento. Então, as nossas propostas do Conselho Municipal dos Direitos dos Animais, do Cadastro Municipal de Animais, tudo isso visa a conter gastos e outras ocorrências, desde a transmissão de doenças, que oneram os cofres públicos. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Dando continuidade ao período de Comunicações, vamos homenagear os 19 anos de criação da Delegacia do Idoso.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Antônio Paulo Machado, Delegado Titular da Delegacia do Idoso; Delegado Jerônimo José Pereira, representante da Secretaria Estadual de Segurança Pública; Delegado Antônio Vicente Vargas Nunes, representante da Chefia da Polícia Civil e Diretor do Departamento de Polícia Metropolitana; Delegado Mário Wagner, representante do Departamento de Polícia do Interior – DPI; Delegado Adalberto Abreu de Oliveira, representante do Departamento de Administração Policial; Delegado Tiago Baldin, representante da Delegacia Regional de Porto Alegre; e o Sr. André Canal, Secretário Municipal Adjunto do Idoso, representando o Secretário de Direitos Humanos.

Prestigiam esta homenagem: Delegado Leão de Medeiros, ex-Vereador desta Casa; Maria Helena Estrazulas, Presidente do Conselho Municipal do Idoso; Fábio Zanatta, Chefe de Gabinete da Secretaria do Idoso; Dr. Cristiano Martins, Presidente da Comissão Especial dos Direitos do Idoso da OAB/RS; Dr. Roberto Rodrigues, Presidente da Associação dos Fiscais da Prefeitura de Porto Alegre; André Costa, Investigador da Delegacia do Idoso; Paulo Paixão, Investigador da Delegacia do Idoso; Dina Nunes, Comissária da Delegacia do Idoso; Pastora Lurdes, Presidente Estadual do Grupo Calebe.

O Delegado Antônio Paulo Machado, titular da Delegacia do Idoso, está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO PAULO MACHADO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Enfim, pessoal, peço desculpas aos senhores todos pela minha não condição de poder falar plenamente, fui acometido por um forte resfriado. Hoje, ainda fui arrolado como testemunha no tribunal do júri, pela manhã, forcei muito a voz, mas vou tentar

passar uma mensagem a todos os senhores em relação à Delegacia do Idoso, que existe há 19 anos. É motivo de surpresa para nós, quando participamos de alguma palestra, das inúmeras palestras que patrocinamos pela Cidade e pelo Estado, quando muita gente não tem conhecimento da existência da Delegacia do Idoso. Aqui em Porto Alegre é motivo de surpresa para muitas pessoas haver ali no Palácio da Polícia, uma delegacia de polícia de proteção ao idoso. Então, explicamos a essas pessoas qual é a nossa atividade, o que é a Delegacia do Idoso. Ela está situada no andar térreo do Palácio da Polícia, ao lado da área judiciária, funciona de segunda-feira a sexta-feira, em horário normal de expediente do Estado – das 8h30min às 12h, e das 13h30min às 18h. Ainda não podemos contar com serviço de plantão, mas, um dia, ainda teremos o serviço de plantão porque há muita procura, principalmente nos fins de semana, em relação ao idoso, e essas demandas são encaminhadas às Delegacias de Polícia de bairros ou à área judiciária ali ao lado, mas o pessoal quer ser atendido pela do Idoso. Eles fazem questão, às vezes, de ser encaminhados para lá, porque sabem que a eles vai ser dado um atendimento diferenciado, um atendimento que, realmente, vem ao encontro do que o idoso precisa, que é atenção, respeito e carinho para que ele possa trazer o seu problema até a Delegacia, até a polícia, o que, muitas vezes, é motivo de medo, de temor por desconhecimento do que acontece quando o idoso procura a Delegacia.

Estamos ali, com uma equipe modesta, porém uma equipe que possui, Srs. Vereadores, aquele perfil necessário para trabalhar em prol dessa atividade, que é o atendimento ao idoso.

Aquele servidor que porventura não esteja adequado às condições e às necessidades da Delegacia, que não dê um atendimento diferenciado, especializado, não pode ficar ali. Então, quem sabe, por isso temos uma equipe modesta, ainda em fase de formação. Temos investigadores, temos escrivães. Nós necessitaríamos, quem sabe, até de um atendimento psicológico, de uma assistência social, e nos valem, então, da nossa rede de idosos, dos nossos amigos, que nos ocasionam e proporcionam esse tipo de atendimento.

O que é a Delegacia do Idoso? Como ela age? Onde entra em ação a Delegacia do Idoso? No momento em que é detectada uma queixa, uma denúncia, alguém formula um Boletim de Ocorrência em relação a um idoso que está sofrendo um certo tipo de abandono, está sofrendo maus-tratos, foi vítima de lesão corporal, está sendo vítima de

crime patrimonial, está sendo vítima até de um desleixo por parte da família; aí, neste momento, após o registro da ocorrência, parte a Delegacia do Idoso em busca da elucidação desse incidente, em busca, digamos assim, de procurar o melhor caminho junto a essa família, porque não basta atendermos o idoso: temos que chegar, também, no infrator. Muitas vezes, pessoal, o infrator, o causador da lesão, o causador do dano, é um familiar; é um filho, é um neto, é um parente desse idoso, muitas vezes desempregado, sofrendo dificuldades financeiras, usuário de droga, usuário de álcool, e que, vivendo no ambiente com o idoso, o relega a uma situação quase que desumana. Então, é lamentável nós constatarmos, Srs. Vereadores, pessoal da rede que trata com os idosos, colegas policiais, que, muitas vezes e na maioria dos casos, o abandono, os maus-tratos e as lesões corporais começam no seio da própria residência do idoso, através de um parente desinformado, de um parente despreparado, enfim, que passa a explorar aquele idoso até financeiramente para usufruir aquele cartão-benefício, aquele salariozinho que o idoso recebe para o seu sustento, inclusive para a aquisição de drogas. Já fizemos apreensões – e eu me valho da minha investigação – de cartões de idosos sendo usados em motel. Vejam bem! Aí se foi atrás do usuário e verificou-se que era um parente do idoso, um neto, um filho, usando indevidamente aquele cartão. E, quando chegamos na residência para efetuar, quem sabe, uma prisão em flagrante, é muito difícil, pessoal, porque o idoso é possuidor de um senso de humanidade, de humildade e medo, ele tem medo de fazer a denúncia. Em várias ocorrências que eu tenho atendido pessoalmente, eu puxo a idosa ou o idoso para um lado e começo a conversar com ele; aí, na intimidade da nossa conversa, ele me conta muitas coisas que não conta no cartório da Delegacia, que não bota na ocorrência, que não torna públicas. “Delegado, como é que eu vou entregar o meu neto se vocês, depois, atendem aqui, vão embora, e eu fico sozinho com ele aqui? Quem é que vai me dar banho? Quem é que vai providenciar uma janta para mim? Quem é que vai me cuidar? Mal ou menos ele me cuida” – mais mal do que menos. Então, eles têm medo. O idoso é um ser humilde, carente e tem medo de denunciar por medo físico. Então, é muito difícil efetuar uma prisão em flagrante em cima de uma lesão corporal, em cima de maus-tratos, em cima de abandono. E, muitas vezes, pessoal, não é só na periferia que acontece isso aí. Temos casos periféricos e temos casos na Av. Independência, na Av. Cristóvão Colombo, na Rua Pe. Chagas, temos casos no Moinhos de Vento, no Mont’ Serrat, no Bom Fim, na Cidade

pág. 37

Baixa, Partenon, enfim, de pessoas idosas que estão depositadas, hoje, em apartamentos fechados, em apartamentos bons, prédios bons, imóveis de qualidade, mas que, ao se abrir a porta, a gente se depara com aquele verdadeiro mundo cão de abandono em relação ao idoso. E se procuram os parentes e se procura a família e se encontram familiares professores, médicos, comerciantes que estão envolvidos com o seu dia a dia e, muitas vezes, não têm tempo de visitar a vovó, de visitar a mamãe, mas está pagando uma senhora que mora ao lado para que essa idosa ou esse idoso seja atendido. E não é atendido, muitas vezes não é atendido. Pessoas depositadas ali, mal- alimentadas, mal- nutridas, mal-vestidas, às vezes, até sujas. É um verdadeiro mundo cão! Parece que as pessoas mais novas, de 30, 40, 50 anos, não aprenderam a lidar com o idoso, esquecendo que, daqui a alguns anos, eles estarão na mesma situação. Não sei não se os filhos e os netos terão condições, terão carinho, terão aquele afeto para tratar o idoso como deve ser tratado.

Então, pessoal, a Delegacia do Idoso está ali no Palácio da Polícia, enfrentado diariamente essa situação em relação ao idoso. Nossa Delegacia é especializada, ela só trata, realmente, de pessoas de 60 anos ou mais. Não que não se atenda às demais ocorrências; se atende sim! A denúncia que chega ali é apurada, independentemente da idade, desde que envolva o idoso. Nós não nos furtamos de atender também a ocorrências em que a pessoa chega lá desinformada e não tem 60 anos. Nós damos andamento e indicamos onde essa pessoa deve procurar auxílio.

Nosso trabalho, hoje, para os senhores terem uma ideia, nós estamos atendendo numa base de 15 a 20 pessoas por dia, por dia! Só que, pessoal, nem tudo gera ocorrência, nem tudo gera o chamado BO – Boletim de Ocorrência. Muitas vezes, o idoso ali comparece cedo, espera abrir a Delegacia e cai para dentro da sala da Delegacia e ali fica para fazer uma queixa, para fazer uma denúncia, muitas vezes, para conversar e trazer a sua carência e a sua infelicidade. Eles saem, às vezes, chorando e agradecidos dali. Muitas vezes, não é nossa obrigação, mas eu peço à nossa investigação que transporte aquele idoso para casa, que dê uma carona para aquela pessoa. Ela não tem condições de voltar para casa. É uma desumanidade soltar essa pessoa na Av. Ipiranga, ou ali na Av. João Pessoa. “Dá uma carona para ele, já faz uma investigação, já vê como é que é a casa dele, vê o que ele está comendo, dá uma olhada nos vizinhos, conversa.” Pelo menos, a polícia sendo vista nas imediações do fato cria, mais ou menos, um

respeito maior em relação àquele idoso. Então, estamos ali trabalhando. Este mês fizemos, mais ou menos, 200, 220 ocorrências/mês. Essas ocorrências se transformam ou em termos circunstanciados ou em inquéritos policiais, raramente sai um flagrante. Já tem acontecido, já tem sido feito flagrante, mas mais são os termos circunstanciados, que são aqueles de menor potencial ofensivo, e os inquéritos policiais, que são encaminhados à Justiça. Muita medida protetiva, muito idoso revoltado, muito idosa revoltada chega até nós, não aguenta mais a participação de um neto, de um filho no mesmo pátio em que ela mora, na mesma casa em que ela mora, então, pede desesperadamente, até em última instância de desespero, a chamada medida protetiva, que é tipo de um remédio extremo. Nós encaminhamos à Justiça para que o Juiz determine aquelas medidas que a pessoa está pedindo, como o afastamento do infrator do local, da residência e de uma série de cuidados que ela não mais vai ter com o autor das agressões. Muitas vezes, tem sido causadas represálias terríveis em cima disso aí. O próprio infrator não admite esse tipo de comportamento, acha que está sendo traído porque ele é da família, porque ele ajuda, enfim. Então, pessoal, existe infelizmente também aquele famoso quartinho, aquela pecinha, aquele puxadinho no fundo da casa. O idoso compra uma residência, vêm os filhos, começam a vir os companheiros das filhas, as companheiras dos filhos, os seus filhos, os filhos dos outros, vão somando; uma casinha que dá pra três, quatro, mas se transformam em seis, sete, oito. Acontece que, com o passar do tempo, aquele idoso vai saindo da casa principal e passando para o quartinho do fundo. Já temos constatado essa veracidade em que ele dorme no quartinho dos fundos da casa, num miserável sofá e – pasmem, senhores! – achamos idosos cujos companheiros diários deles são gatos ou cachorros. É lamentável!

Mesmo assim, através dessa tragédia diária que a gente enfrenta, os agentes que ali trabalham se sentem gratificados porque é uma atividade que nos dá uma resposta quase que em médio prazo, não é uma coisa que tem que se esperar meio ano, um ano, não. O idoso bem tratado, na semana seguinte, vai à procura da Delegacia dizer como ele está. Nós participamos de várias reuniões com os nossos parceiros da rede, temos ministrado várias palestras aqui em Porto Alegre e em outras cidades do Estado e notamos aquela satisfação que o idoso tem em ser ouvido, em estar sabendo que estão falando dele, estar sabendo que estão tentando traçar planos para protegê-lo. Isso aí traz para nós, Delegados de Polícia, para a Polícia Civil, para os agentes, uma satisfação muito grande.

São momentos emocionantes, a gente ouve um depoimento de um idoso após uma palestra, e a gente se emociona pela instituição policial, que está sendo olhada com respeito, com carinho e com confiabilidade. Isso é muito importante. É a Policial Civil, através de sua Delegacia do Idoso, chegando até essa classe tão abandonada e tão jogada de lado. Eu entendo ainda que, apesar de dez anos de Estatuto, as medidas e providências em relação ao idoso ainda estão engatinhando, ainda, mas, um dia, chegaremos lá. Um dia, quando precisarem do serviço, quem sabe, Delegado, futuramente, o senhor seja um idoso bem atendido, numa clínica, com respeito, ser atendido num banco, numa farmácia, seja respeitado num coletivo, não seja agredido num supermercado pelos seguranças; que seja respeitado, como fazem os países do outro lado do mundo, nos quais o idoso é tratado como um semideus, porque ele tem experiência, tem toda aquela vivência, tem aquele cuidado que o idoso teve com os mais jovens, e o jovem respeita o seu idoso. Nossa cultura é diferente, e acredito que esse respeito começa pela própria casa, pelo próprio lar, onde ensinamos os nossos filhos a respeitar, primeiramente os pais, depois os avós, tios e idosos. Sem amor, sem carinho, sem respeito, não vamos a lugar nenhum.

Agradeço ao Ver. Canal a oportunidade que os deu. Por determinação do meu Diretor, Dr. Vicente, estou falando pela nossa chefia de Polícia e pela Polícia, e é uma honra para nós, Delegados, praticamente em fim de carreira, chegarmos a esse ponto de termos uma atividade tão importante como é a proteção do idoso, e muito mais para mim, pois me recompensa, espiritual e emocionalmente, pois também sou um idoso; já passei dos sessenta, embora não pareça, parece que tenho trinta e poucos, não é Ver.^a Mônica, mas sou um idoso, com muito orgulho. Visto a camisa, tanto do idoso, quando a da Delegacia do Idoso. Muito obrigado a todos pela presença. Salve o idoso!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Faço uma saudação muito especial a todos os delegados aqui presentes e aproveito para cumprimentar o meu primo, Delegado de Polícia de Canoas, Dr. Rafael Soares Pereira.

O Ver. Waldir Canal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. WALDIR CANAL: (Saúda os componentes da mesa e demais presentes.) Quero dizer que a violência contra os idosos é um problema grave no Brasil, pouco divulgado e sem a devida atenção dos governantes e da população em geral, que oculta a existência e o valor de importantes instituições e pessoas que tratam dessa questão com o maior empenho e respeito. Assim, como forma de promover a conscientização sobre a relevância dos temas que envolvem os idosos, população crescente em nosso meio, destinamos este período de Comunicações, para destacar o exímio trabalho da Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso deste Município, com 19 anos de atuação na defesa dos 213 mil cidadãos porto-alegrenses com mais de 60 anos de idade. Essa Delegacia antecipa-se na vanguarda dos direitos dos idosos, por nascer antes mesmo do Estatuto do Idoso, que em 2013 completa dez anos. Essa Delegacia merece nossas considerações e respeito por defender fielmente o art. 4º do Estatuto do Idoso, o qual prevê expressamente (Lê.): “Nenhum idoso será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.” Sob a liderança do delegado Antônio Machado, que reúne uma equipe comprometida, e mesmo com as dificuldades estruturais, preconceito e falta de valorização em geral sobre as questões que envolvem os idosos, supera barreiras e transcende o trabalho dedicado em benefício da proteção, valorização, respeito e bem-estar dos idosos, além de engajar-se em todas as atividades de conscientização pública pela promoção e desenvolvimento dos idosos.

Localizada no conhecido Palácio da Polícia, na Av. Ipiranga 1.803, a Delegacia dos Idosos de Porto Alegre registra os inúmeros casos de maus-tratos, abandono, lesão corporal, apropriação indébita da renda dos idosos, clínicas irregulares e trata das mais diferentes ocorrências ou investigações que envolvem esse público. Hoje, ao destacar a Delegacia de Proteção ao Idoso e seu efetivo, pela importante atuação e propósito, desejo vida longa, para que essa instituição possa continuar servindo de exemplo pela qualidade no atendimento e trato dos casos que envolvem os cidadãos com mais de 60 anos, e nas ações que promovem a conscientização humana para o respeito e amor ao próximo. Quero também registrar que vários voluntários, presidentes de entidades que

trabalham na luta e na defesa dos idosos, têm tido uma participação importante durante essa luta pela defesa dos direitos dos idosos.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) obrigado, Ver. Waldir Canal, principalmente por V. Exa. propor a esta Casa, a Casa do Povo de Porto Alegre, a todos nós, aprovar hoje esta justa homenagem que se faz a um órgão que ajuda a todos os nossos pais, avós, a toda população de Porto Alegre, e que, no futuro, irá nos ajudar. Todos nós seremos idosos, essa certeza, como a de “subir para o andar de cima”, todos nós temos. Eu queria dizer que a Secretaria de Segurança Pública nunca foi tão feliz em escolher um representante para ficar num órgão. Delegado Antônio Paulo Machado, o senhor – não por sua idade, “seus 30 e poucos anos” –, mas pelo o que o senhor disse ao microfone, é o que a gente vê acontecer com as mulheres e crianças, essa é a realidade que a gente vê no dia a dia com os idosos. Esperamos que no nosso Estado existam outras cidades que tenham essa chance de ter um órgão desses, como esperamos que a nossa gloriosa Brigada Militar ajude criando – como temos o Ambiental –, que tenham um órgão específico que ajude a defender os interesses e os direitos dos idosos. Meus parabéns, Ver. Waldir Canal.

O Ver. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, cumprimentos, Ver. Waldir Canal, pela homenagem justa que estamos fazendo hoje aqui. Sr. Presidente; Delegado Antônio Machado, Subchefe de Polícia, Delegado Antônio Machado, eu gostaria de saudar o Delegado Ranolfo e todos os servidores da Polícia em nome dos dois. Eu estou acostumado a acordar, todas as manhãs, ouvindo que estão prendendo tantos, que tem uma operação em tal lugar, que tem outra operação em outro lugar. Prende-se muito. Às vezes, não se consegue deixar preso, mas a Polícia faz a sua parte. Que bom que hoje o senhor mostra aqui aquela parte do vô, a Polícia fazendo a parte do vô, da pessoa protetora, da pessoa carinhosa. A Polícia está mostrando, com a Delegacia do Idoso, não diria o outro lado, porque os dois lados são bons: o lado Polícia e esse lado coração que a Polícia Civil tem. Cumprimentos ao Delegado e a toda Polícia por estarem fazendo isso, mostrando o que a Polícia pode fazer além de prender, além do paredão. Não precisa de armas. Essa arma, que o senhor mostrou hoje que a Polícia faz, é uma arma muito poderosa: é a arma do amor e do carinho com as pessoas mais velhas.

O Sr. Mario Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Waldir Canal, depois do Ver. Idenir Cecchim, fica complicado a gente falar um pouco em função das palavras usadas por ele, que chamam a atenção. Delegado Antônio, todos presentes, meu Presidente Dr. Thiago, obrigado pela presença de todos vocês aqui. É muito importante a presença de vocês, autoridades, porque o nosso trabalho é pouco divulgado lá, assim como o seu trabalho, Delegado Antônio, é pouco divulgado. Então, parablenzo o Ver. Waldir Canal pela homenagem. Eu também faço parte da Frente Parlamentar do Idoso, que é presidida pela minha colega Luiza Neves. Venho aqui, meu amigo Paixão, que é seu subordinado na Delegacia, porque, infelizmente, eu precisei dessa Delegacia em função de um acidente. Fui com os meus familiares a essa Delegacia fazer um registro. Hoje, já não tenho a minha mãe. Faz seis meses que perdi a minha mãe em função de um acidente de trabalho em uma casa de idoso. Para nossa felicidade, encontramos o Paixão na Delegacia. Nós já o conhecíamos, mas não sabíamos que ele trabalhava nessa Delegacia, e a atenção dele, e quem o conhece sabe, foi a de sempre, até um pouco melhor por se tratar de conhecidos dele. Então, Ver. Waldir Canal, veja como é importante, para este Vereador, o quanto pesa, Dr. Thiago, e V. Exa. acompanhou aqueles meus momentos com a minha mãe, V. Exa. que é médico. Então, eu fico duas vezes aqui muito contente: com a presença de vocês, da Delegacia, pelo trabalho que faz; e, segundo, pela sua homenagem, Ver. Waldir. Quando a gente pensa que está fazendo um pequeno ato, na verdade, é um grande ato. Da minha parte, que sou seu amigo, me considero, aqui, dentro da Casa, um dos seus amigos, fico supercontente com a sua homenagem. Meus parabéns e vida longa para essa Delegacia! Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentar as autoridades todas aqui; o Ver. Dr. Thiago, Presidente; na pessoa do Delegado Vicente, quero cumprimentar todos os senhores. Enquanto os colegas falavam, eu estava imaginando que, daqui a alguns dias, eu já estou quase legislando em causa própria. Já se ofenderam. O Pedro Ruas diz que não, mas tudo bem. Mas eu quero cumprimentá-los pelo trabalho que os senhores desenvolvem e chamar atenção para dois aspectos que eu noto que permanecem na mídia. Quando há uma situação que poderia

se chamar de deslize ou acidente de trabalho, há uma grande publicidade sobre o assunto. A nossa mídia, de modo geral, está programada para mostrar informações negativas – isso eu tenho dito quase que diariamente. Infelizmente é assim. Mas ao trabalho dos senhores, com certeza, não é dado o devido tamanho na mídia, o tamanho que merece. Então, quero cumprimentá-los por esse trabalho realizado.

Quero também dizer que um dia eu espero chegar em cada delegacia de polícia e encontrar instalações dignas. Um dia eu espero chegar em cada delegacia, não importa onde, e encontrar, Waldir Canal, instalações dignas, compatíveis com o trabalho que os senhores desenvolvem. (Palmas.)

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Inicialmente, quero cumprimentar o Ver. Waldir Canal pela homenagem; o nosso Presidente; esta representação de peso da nossa segurança, que está aqui; o nosso Delegado Antônio Paulo Machado pelo trabalho exercido e por trazer até nós esta atividade, este tipo de atuação importantíssima. Porque, mesmo que se atue em outras áreas, não dá para ficar insensível ao que acontece com os idosos, o que, muitas vezes, não vem à tona, não é noticiado. Nós temos uma grande preocupação também com as casas de passagem, com as casas de idosos, sobre as quais temos visto muitas denúncias, inclusive, de familiares. E, realmente, o preço não é tão acessível quando é uma casa de passagem com mais equipamentos, com mais extensão de tamanho. Então, esta preocupação eu também lhe trago, qual seja, sobre os casos existentes em casas de passagens e sobre quem tem essa responsabilidade, que também deve ser investigado. Quero me pautar ainda sobre o que o Ver. Bernardino Vendruscolo, quando mencionou as qualidades e os ambientes nas delegacias. E, como exemplo, quero citar a delegacia do meu bairro, que é no bairro Assunção, a delegacia da delegada Áurea, que é um exemplo; eu estive lá visitando, a gente circula dentro da delegacia e não se nota que se está numa área de segurança e com uma pessoa que parece que é muito glamourosa, mas não, ela é alguém de pulso forte, porque tem feito muitos trabalhos lá para nós, quando reclamamos de alguns casos de investigação ou mesmo casos de apreensão. Quero cumprimentá-lo mais uma vez, nós estamos à disposição e desejamos um bom trabalho a essa Delegacia. (Palmas.)

O SR. WALDIR CANAL: Muito obrigado, Ver.^a Lourdes.

A Sra. Luiza Neves: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Waldir Canal, gostaria de parabenizar V. Exa. por esta iniciativa de estar homenageando hoje a Delegacia do Idoso e também o Estatuto do Idoso, que completa neste ano dez anos; também cumprimentar aqui toda a Mesa, na pessoa do Delegado titular da Delegacia do Idoso, Antônio Paulo Machado, bem como todos os senhores, o nosso Presidente, Ver. Dr. Thiago, e o nosso Secretário Municipal Adjunto do Idoso, André Canal, salientando o interesse do nosso Município e da Prefeitura de Porto Alegre em estabelecer esse trabalho de atenção à política do idoso, tendo essa Secretaria, aqui, com o Secretário André Canal à frente, de políticas públicas para o idoso.

Há poucos dias, Ver. Waldir Canal, nós instalávamos nesta Casa a Frente Parlamentar em Defesa da Terceira Idade ou em Defesa do Idoso, da qual sou Presidente, tendo o Ver. Waldir Canal de Vice-Presidente, e o Ver. Mario Fraga como Relator, justamente para que essas políticas públicas venham realmente a atingir aqueles que mais necessitam, aqueles que se dirigem às delegacias fazendo aquilo ali que o delegado nos relatou, como um conselho, um pedido de socorro, ou, realmente, fazendo uma denúncia. Então, eu quero me somar a esta homenagem, Ver. Waldir Canal, parabenizando a Delegacia do Idoso de Porto Alegre, sua vanguarda, pelos seus 19 anos; 9 anos à frente do Estatuto, que nos diz tantas coisas. Reconhecemos, hoje, que o Estatuto ainda tem as suas deficiências e que muita coisa ainda precisa ser modificada e efetivada no Estatuto do Idoso. Quero desejar um bom trabalho a vocês. Parabéns, vocês merecem! Que Deus abençoe a todos vocês! Obrigada. (Palmas.)

O SR. WALDIR CANAL: Muito obrigado, Ver.^a Luiza Neves.

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.). Amigo Waldir Canal, quero trazer um abraço ao nosso Presidente e aos senhores que estão à Mesa, trazendo a nossa saudação a todos. Eu sou, hoje, o Relator-Geral do Orçamento da Prefeitura, e, como Relator, tenho que entregá-lo até hoje, pois é o último dia para entregar o Orçamento – e eu estou com aproximadamente 108 emendas para serem analisadas, uma por uma, por isso, não estive no início e estou me retirando –, mas não

podia deixar de vir trazer um abraço e dizer da importância deste evento. Quero cumprimentar o Ver. Canal, que nos propõe este momento, esta oportunidade de conversar com os senhores e, essencialmente, de fazer a nossa saudação a todos do nosso Conselho do Idoso. E quero registrar, sim, que o Ver. Canal tem uma série de emendas que tratam do tema, para as quais estamos olhando com carinho. Um abraço e parabéns a todos vocês! (Palmas.)

O SR. WALDIR CANAL: Por favor, Vereador, já lhe faço um apelo em público. Quero dizer, Presidente, que hoje nós temos aqui presente o nosso Delegado Antônio Machado, mas não poderia me furtar de também fazer uma homenagem – não tenho aqui os nomes – aos delegados que passaram por ali e que também deram a sua contribuição. Todos vocês que contribuíram com a nossa Cidade, com o idoso, contribuíram para a proteção daqueles que mais precisam.

Quero registrar, aqui, para finalizar, que a Câmara de Vereadores será sede da 4ª Conferência Municipal do Idoso, promovida pelo Comui, que será realizada, em parceria com a Governança local, com a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Adjunta do Idoso, no dia 26 de novembro, e terá como tema a busca pelo protagonismo da pessoa idosa, a busca pela efetivação e garantia dos seus direitos. Vejam que nós estamos falando de direitos; direitos de pessoas que deram a vida para a construção do nosso País, para a construção da própria família, e que, mesmo nessa fase da vida, têm que lutar e brigar pelos seus direitos. Então, nós precisamos da mudança da mentalidade da população na valorização dos idosos, desde a cedência do lugar no banco do ônibus, desde o cumprimento, o respeito, para que haja um avanço muito maior, começando dentro de casa e indo para fora de casa. Então, parabéns a todos, parabéns a nossa Delegacia do Idoso, são 19 anos de luta, e muitos anos virão, aí, de vitória. Parabéns, Delegado Paulo, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Waldir Canal. A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem nesta Sessão, na Câmara, na Polícia, e que hoje compõem esta Mesa, eu sei que neste momento eu tenho um telespectador muito importante nos assistindo e vou falar em nome dele, como filha de ex-Diretor e Professor da Escola de Polícia do Rio Grande do Sul e também o criador do Dia do Policial Civil nesta Câmara Municipal, meu pai, Pedro Américo Leal, que adquiriu um forte sentimento de apego à nossa Polícia Civil. Essa instituição sólida e respeitada que aprendi desde muito cedo a confiar e a admirar, sempre esteve presente na minha vida e, sem dúvida nenhuma, muito contribuiu para a minha formação pessoal e profissional. Então, Delegado Antônio Paulo Machado, titular da Delegacia do Idoso, em seu nome, eu cumprimento as demais autoridades que hoje nos prestigiam com as suas presenças. Cumprimento também o Ver. Waldir Canal, proponente desta homenagem, que nos convida a refletir sobre as políticas públicas voltadas à população idosa, seus objetivos e suas conquistas. Como é importante que contemos com instituições preocupadas com a garantia dos direitos dos cidadãos idosos, como faz a Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre! Completando os seus 19 anos de assistência, a Delegacia preenche um espaço específico na área da Segurança e presta um atendimento apropriado a pessoas que, muitas vezes, chegam até a sua sede, em condições de maus-tratos e abandono, que são as duas demandas mais frequentes levantadas junto a casos de apropriação indevida de valores.

Creio que todos que lá trabalham: delegados, escrivães, investigadores, peritos, funcionários, devem se orgulhar de poder fazer parte de uma equipe que oferece um serviço que ampara, orienta e protege pessoas que precisam de ajuda especial por estarem inseridas em um quadro de muitas particularidades, estágio da vida que, um dia, chegará para todos nós.

Meus parabéns e minha admiração, então, ao trabalho desenvolvido na Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre. Penso que a atenção pública deve ser total e temos, todos, como cidadãos comuns, que nutrir interesse e praticar ações que possam contribuir para a qualidade de vida dessa parcela da população brasileira que hoje é de 7,4%, mas que, em 2050, poderá chegar a 27%. O grupo dos idosos de hoje é extremamente produtivo na cadeia econômica, é força motriz das famílias, é uma parcela significativa nos dados do turismo no Brasil, e assimilou os seus direitos por gratuidade, meias-entradas, vagas especiais e descontos nas mais diversas propostas, sejam sociais,

culturais, esportivas, usufruindo disso, por merecimento, com maestria própria. E é nesse ponto que deveríamos nos deter, na maestria, na sabedoria, na bagagem de vida e experiência que o idoso carrega junto com ele, que, em países orientais, são tão referenciadas e que, por aqui, penso que também deveriam ser. Mas para isso acontecer, uma palavra básica indispensável a qualquer ser humano precisa ser resgatada e lembrada todos os dias: a palavra respeito, tão bem registrada, Delegado, pelo senhor, na sua fala. O senhor disse inúmeras vezes, e eu anotei, como boa jornalista que sou: respeito – partimos daí para proteger os nossos idosos.

Eu agradeço muito a oportunidade de falar para essa Instituição, que eu carrego comigo, de forma muito especial, no coração, de perto ou de longe, sempre. Obrigada. (Palmas.)
(Revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Além das pessoas já destacadas aqui pelo nosso protocolo, destaco a presença da Delegada Eliete Matias Rodrigues, Diretora da Divisão para Assuntos Institucionais, Assessoria de Direitos Humanos, e o Dr. Salim Sessim Paulo, perito odontologista do nosso Instituto-Geral de Perícias.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, Ver. Dr. Thiago; senhores e senhoras; Vereadores e Vereadoras; cumprimento o Delegado Titular da Delegacia do Idoso, Sr. Antonio Paulo Machado, e permita-me que, em seu nome, todos se sintam cumprimentados.

Não sei se a Presidente do Conselho do Idoso está aí? Por que não compôs a Mesa? Presidente, ela foi chamada, e está faltando uma mulher representando as idosas. Eu sugiro que ela componha a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Por favor, convido a Sra. Maria Helena Estrazulas a fazer parte da Mesa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Maria Helena. Até acredito, não tenho os dados, que tenhamos mais mulheres idosas do que homens, e muitas delas vivendo as situações

aqui relatadas. Quero iniciar dizendo: quem diria, Ver.^a Mônica, que nós teríamos, Delegado Antonio, que constituir uma Delegacia especializada para o idoso? Que tristeza só o fato da necessidade dessa existência e das situações cada vez mais recorrentes de maus-tratos, de violência, de abandono dos nossos idosos. Eu acho que isso é uma evidência da falência de uma sociedade democrática e humanitária.

Fiz questão de me inscrever para falar, Ver. Waldir Canal, cinco minutos inteiros, porque acho que temos que nos dedicar – e quero parabenizá-lo por trazer o tema – mais a isso. Temos uma Frente Parlamentar, a Casa abre esse debate de forma mais sistemática, mas do mesmo modo como segunda-feira vamos discutir o tema, Maria Helena – por isso fiz questão que tu viesses –, da violência contra a mulher – dia 25 é o Dia Internacional de Luta contra a Violência – nós nos damos conta de que temos uma cultura de violência que está entranhada na formação do povo brasileiro. A Marilena Chauí tem um livro que se chama O Mito do País Dócil, do País Alegre, ou Virtuoso, não sei bem o título, mas ela desmancha esse mito de que o nosso Brasil por ser miscigenado, por dançar samba, por criar as manifestações populares tão alegres ele seja um país pacífico. Na verdade, nosso Brasil é fundado em 400 anos de escravidão e a escravidão só foi possível a partir da violência. Ontem, nós vivíamos aqui uma emocionante Sessão Solene de outorga do prêmio em homenagem ao Dia da Consciência Negra e nós reconstituímos nesse dia, e fazemos isso quando relembramos e homenageamos todos os negros, negras e brancos que trabalham a questão da discriminação racial, mas nós reconhecemos que o Brasil estabeleceu relações violentas por séculos, impingindo classe sobre classe, estabelecendo um poder de pessoas sobre outras, nós tivemos séculos de violência sobre crianças. E essa violência é muito difícil de ser alterada apenas com medidas de segurança. Quero frisar aqui o relato que tivemos do Delegado Antonio Machado, muito bonito dessa atuação não repressora apenas da polícia, mas uma atuação educativa, interveniente, uma educação para alterar as condições de vida do idoso, a relação que estabelece a violência, a negligência, o roubo. A transformação é muito importante. Nessa retrospectiva que eu faço, o papel das polícias foi um papel, infelizmente, de estabelecer a força, de regimes ditatoriais, torturas, etc. Eu enxergo, na Delegacia do Idoso, uma resignificação, que nós, nesta semana inclusive, louvávamos: uma resignificação que vem sendo construída do papel da forças de segurança.

Então, eu acho que essa mudança, Presidente, de um País que tem tanto a celebrar na qualidade de vida... Aí acho que o Ver. Alberto Kopittke vem falar sobre a sua tese da quarta revolução – não sei se eu chamaria assim, são as observações que eu faria.

É um Brasil que precisa se olhar profundamente e ver que muitas violências seguem firme. Uma delas é a violência contra a mulher e que segue na terceira idade; a outra, que é mais recentemente identificada, e hoje a gente aqui reforça o trabalho da Delegacia, é a violência contra o idoso e a idosa. No fundo, no fundo, Presidente, a nossa violência está ainda instalada na formação do povo brasileiro; tem que haver uma alteração cultural, uma alteração educacional nas instituições, quando a violência tem que se transformar. Então, é uma tarefa bastante complexa de todos e todas.

Então, quero parabenizar esses 19 anos de existência, porque eu acho que é exemplar e é essa transformação que precisamos ver em todas as frentes, para que o Brasil, de fato, venha a ser uma sociedade profundamente democrática, em que os seres humanos são livres e são tratados com dignidade. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITKE: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero saudar o Ver. Waldir Canal, que presidiu a Sessão nesta homenagem, cumprimentando-o pela escolha do tema e pela qualidade da sua exposição. E também quero saudar um conjunto de amigos, com quem também tenho partilhado e tido muito aprendizado aqui. Antes de começar aqui minhas palavras, eu também quero deixar uma dedicação a duas pessoas – depois vou transmitir a elas a transcrição –, que são pessoas que me cobram cotidianamente, Delegado, que eu tenha uma atuação dentro da atividade parlamentar e que eu cobre mais políticas para os idosos. São a Bia Piccoli, que foi coordenadora aqui na Cidade, acho que antecessora do André; a querida amiga Bia Piccoli é uma ativista diária dos direitos dos idosos. E a minha amiga também Oni Teresinha, que foi coordenadora em Canoas; também não tem uma fala dela que não seja sobre esse tema.

Eu queria só destacar, Delegado Machado, que a Polícia Civil tem tido, ao longo desses anos, uma brutal evolução. Talvez seja uma das instituições que mais tem se modernizado e evoluído no Estado Democrático Brasileiro. Dentro das suas delegacias especializadas como ECA, Delegacia das Mulheres; lembrei-me do Cartório da Diversidade, recém instalado em Canoas, com mais de uma centena de casos mediados, e a Delegacia do Idoso, entre tantas outras. Eu acho que a Polícia Civil se destaca na vanguarda da consolidação da nossa Constituição dos Direitos Humanos. Quero aqui falar dos direitos humanos. É um tema que, equivocadamente, não sei exatamente em que momento da história do Brasil que a gente separou, na discussão da política sobre segurança pública, uma ideia de que polícia é uma coisa e direitos humanos é defesa de bandido. Uma ideia absolutamente atrasada de quem provavelmente não entende nada de segurança pública ou de polícia moderna. E o maior exemplo disso é a sua fala, Delegado Machado, uma fala de direitos humanos, de defesa da dignidade da pessoa humana. O senhor falava que há mais de 200 mil idosos hoje, em Porto Alegre; daqui a 20 anos, provavelmente seremos 500 mil – daqui a pouco, eu também chego lá, daqui a 30 anos. Eu falei da Delegacia das Mulheres, as mulheres são metade da população; crianças e adolescente são mais um terço da população. Então, é na estruturação de políticas específicas para defesa desses segmentos vulneráveis, que a polícia civil tem se destacado de forma tão brilhante, tão importante. E o senhor nos disse, e com isso já vou encerrando, que, precisamos mais do que polícia, se nós quisermos vencer a violência que se encontra enraizada na sociedade, mais do que podemos imaginar. O senhor mesmo disse que se surpreende em moradias de alto padrão no bairro Moinhos de Vento e um idoso jogado, porque a violência hoje se tornou um fenômeno cultural. Não dá mais para dizer que ela está lá no bandido; a violência se tornou um fenômeno cultural.

Todos nós, como cidadãos, temos que refletir e buscar políticas públicas para além das polícias, que consigam trabalhar na mudança dessa realidade. Então, saúdo a sua fala, o trabalho de todos os agentes também, de todos os ativistas, dos segmentos que se dedicam a essa luta, que é de toda a sociedade.

Eu estive, certa vez, na África – e encerro com essa história –, quando tive a oportunidade de ouvir o presidente do conselho de anciãos de Dacar. E ele disse: “Vocês vêm lá do Ocidente, brancos, tentar nos ensinar sobre construção de mediação do estado. Nós já fazíamos isso há séculos, quando quem tinha o direito a julgar as pessoas eram os

anciãos; quem resolvia os conflitos da nossa sociedade eram os anciãos, que tinham mais sabedoria para orientar a comunidade. Quando vocês fizeram com que a gente não ouvisse mais os nossos anciãos, a nossa sociedade se arruinou”.

Então, acho que esse é o aprendizado, uma sociedade que possa ouvir os seus anciãos e dedicar a eles todo o respeito, dignidade, políticas públicas que eles merecem por terem construído tudo aquilo que nós temos hoje. Então, parabéns ao trabalho da Delegacia e de todos aqui presentes. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero finalizar, então, esta homenagem, saudando os componentes da Mesa e demais presentes.

O respeito ao idoso é o respeito à história de uma comunidade, e ela só, efetivamente, será uma comunidade saudável à medida que fizer isso. Espero que possamos avançar para uma sociedade cada vez mais saudável. Infelizmente, a violência, como foi dito aqui nesta tribuna pelos colegas, ela não escolhe cor, não escolhe credo, não escolhe classe social, e, sem dúvida nenhuma, nós precisamos combatê-la com paz. Que possamos fazer isso a cada dia mais e que possamos nos tornar uma sociedade melhor.

Convido o Ver. Waldir Canal, proponente da homenagem, para proceder à entrega da Placa e do Diploma.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Placa.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h32min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (17h34min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Seis Vereadores presentes. Não há quórum.

Convido todos os Vereadores para a Sessão de segunda-feira e para o nosso curso promovido pela Mesa Diretora, pelos Vereadores e pela Escola do Legislativo, que ocorrerá amanhã. É um curso de formação em convênio com a Fundação Escola Superior do Ministério Público. Bom fim de semana a todos!

(Encerra-se a Sessão às 17h36min.)